

Lupo S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas
e individuais
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações consolidadas e individuais	21
Balancos patrimoniais	26
Demonstrações de resultados	27
Demonstrações de resultados abrangentes	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	29
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	30
Demonstrativo de valor adicionado (DVA)	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras	32

RELEASE
4T2024



GRUPO
LUPO



Araraquara-SP, 21 de março de 2025. A Lupo S.A. e suas controladas (“Grupo Lupo”) divulgam seus resultados do quarto trimestre de 2024 (4T24) e do ano de 2024.

DESTAQUES FINANCEIROS / OPERACIONAIS

- **+6,5%** de **Receita Operacional Bruta** em 2024 vs. 2023.
- **+11,5%** de **Receita Líquida** da marca Lupo Sport em 2024 vs. 2023.
- **EBITDA** de **R\$ 222,8 milhões** em 2024, com **Margem** de **14,4%**.
- **Lucro Líquido** de **R\$ 173,4 milhões** em 2024, com **Margem Líquida** de **11,2%**.
- **+500** novos **Pontos de Vendas** em 2024.

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor de Relações com Investidores

E-mail: ri@lupo.com.br

Website: ri.lupo.com.br

Telefone: +55 16 3508 4290

Celular: +55 16 99364 1236

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi caracterizado pela retomada das vendas após período econômico desafiador para o varejo de moda no Brasil. Nosso faturamento apresentou crescimento em todos os trimestres na comparação anual, com destaque para o 4T24, quando a receita bruta aumentou 7,7% em relação ao 4T23. Esse forte desempenho contribuiu para alcançarmos em 2024 uma receita bruta total de R\$ 1,9 bilhão; 6,5% superior ao registrado em 2023.

Por trás desse aumento está o sucesso das novas coleções, em especial a marca Lupo Sport, cuja receita líquida atingiu R\$ 275,7 milhões em 2024; 11,5% acima da de 2023. Com esse resultado, verificamos com satisfação que a Lupo Sport mais do que dobrou seu faturamento no período pós-pandemia – um marco para a bandeira. Em relação aos canais de vendas, gostaríamos de destacar os resultados do nosso e-commerce, que, apesar de não figurar entre os principais canais, capturou novos públicos e expandiu significativamente seu mercado em 2024, atingindo receita líquida de R\$ 15,5 milhões; um aumento de R\$ 6,6 milhões vs. 2023.

Apuramos um EBITDA de R\$ 222,8 milhões em 2024; 11,7% superior ao verificado em 2023. Já o lucro líquido foi de R\$ 173,4 milhões, ficando em patamar semelhante ao registrado em 2023 - consideramos esse resultado positivo ao levarmos em conta a maior tributação sobre os resultados em 2024. Importante ressaltar que, não obstante à maior tributação e aos maiores dispêndios com a aquisição de insumos para apoiar o aumento das vendas, o Grupo Lupo conserva uma condição financeira confortável, refletida em um caixa livre de R\$ 86,5 milhões em 2024.

Dessa forma, deixamos em 2024 bons resultados, amparados por um modelo de negócios ágil e eficiente. Essas qualidades serão fundamentais no panorama que se descortina para 2025, quando juros altos e inflação elevada poderão comprometer o desempenho do varejo de moda no Brasil, à semelhança do observado em 2023. Caso venhamos a enfrentar esse cenário revés, ou continuemos testemunhando o crescimento do consumo no país, estamos prontos para 2025.

Liliana Aufiero

Diretora Presidente





PRINCIPAIS INDICADORES

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Destaques						
Receita operacional bruta	494,9	459,6	7,7%	1.855,4	1.742,1	6,5%
Receita operacional líquida	413,0	396,1	4,3%	1.546,5	1.466,5	5,5%
CPV	(290,3)	(274,3)	5,8%	(1.063,1)	(1.037,9)	2,4%
Lucro operacional bruto	122,7	121,8	0,7%	483,4	428,6	12,8%
<i>Margem bruta%</i>	<i>29,7%</i>	<i>30,8%</i>	<i>-1,0 p.p.</i>	<i>31,3%</i>	<i>29,2%</i>	<i>2,0 p.p.</i>
EBITDA	54,7	51,5	6,1%	222,8	199,4	11,7%
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>13,2%</i>	<i>13,0%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>14,4%</i>	<i>13,6%</i>	<i>0,8 p.p.</i>
Lucro Líquido	62,9	55,2	13,9%	173,4	171,4	1,2%
<i>Margem Líquida%</i>	<i>15,2%</i>	<i>13,9%</i>	<i>1,3 p.p.</i>	<i>11,2%</i>	<i>11,7%</i>	<i>-0,5 p.p.</i>
Indicadores						
Caixa Líquido ¹	240,2	242,2	-0,8%	240,2	242,2	-0,8%
NOPAT ²	148,9	151,2	-1,5%	148,9	151,2	-1,5%
Capital Empregado médio	1.143,3	1.123,2	1,8%	1.143,3	1.123,2	1,8%
<i>ROIC%</i>	<i>13,0%</i>	<i>13,5%</i>	<i>-0,4 p.p.</i>	<i>13,0%</i>	<i>13,5%</i>	<i>-0,4 p.p.</i>
Número de Lojas	7	20	-65,0%	940	996	-5,6%
Franquias e próprias ³	9	6	50,0%	862	606	42,2%
Muito Lupo	0	14	-100,0%	0	294	-100,0%
TriFil	(2)	0	-100,0%	78	96	-18,8%

¹ Representa caixa e equivalentes de caixa, deduzidos de financiamentos.

² NOPAT (LTM): soma dos últimos 12 meses.

³ Inclui 228 lojas migradas do antigo modelo Muito Lupo para franquia Lupo em 2024.





RECEITA LÍQUIDA POR MARCA

O Grupo Lupo fechou 2024 com uma receita líquida de R\$ 1,5 bilhão; 5,5% acima do apurado em 2023. Todas as nossas principais marcas registraram crescimento em 2024, com destaque para a Lupo Sport, que, consolidando sua posição como segunda maior marca do Grupo em faturamento, seguiu em sólida ascendência e cresceu 11,5% em relação a 2023.

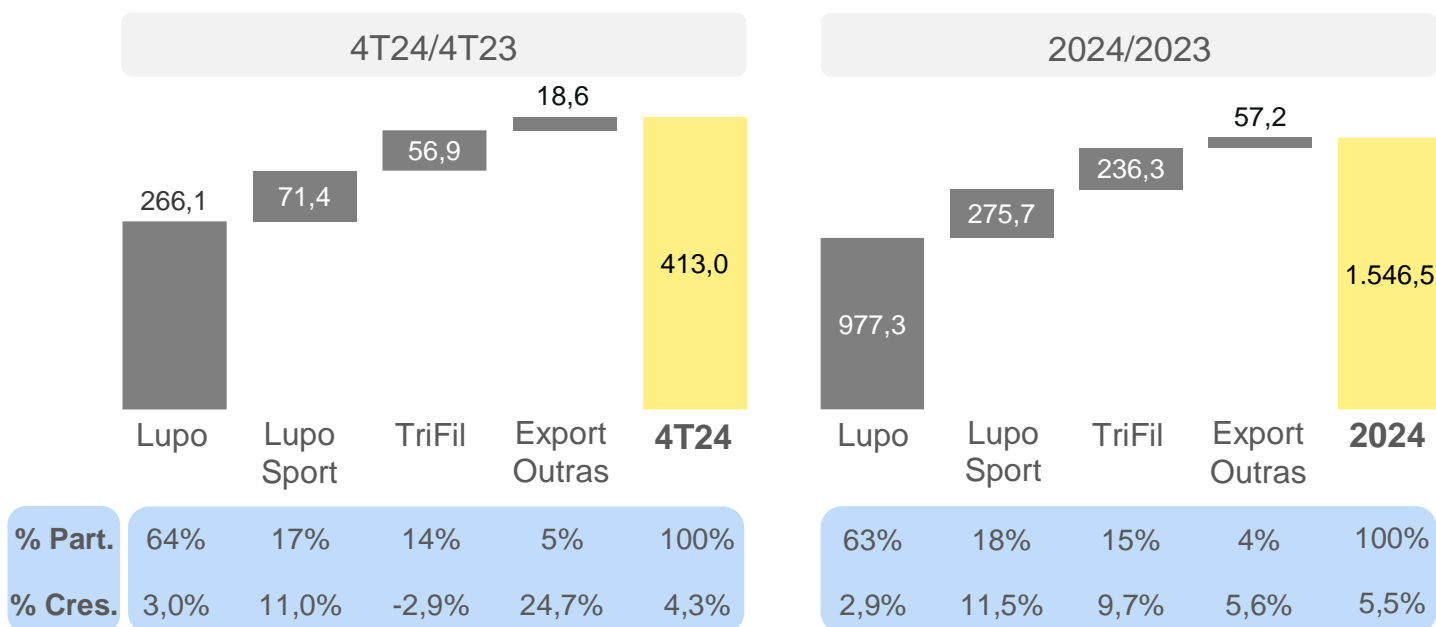
(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Lupo	266,1	258,2	3,0%	977,3	949,7	2,9%
Lupo Sport	71,4	64,3	11,0%	275,7	247,2	11,5%
TriFil	56,9	58,6	-2,9%	236,3	215,4	9,7%
Outras ¹	10,8	8,2	32,0%	33,1	33,7	-1,7%
Receita líquida mercado interno	405,2	389,4	4,1%	1.522,4	1.446,0	5,3%
Receita líquida mercado externo	7,8	6,7	15,8%	24,2	20,5	17,7%
Receita líquida total	413,0	396,1	4,3%	1.546,5	1.466,5	5,5%

¹ 4T24: inclui Scala, serviços de industrialização e venda de malhas e de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios.

4T23: os mesmos itens, exceto por serviços de industrialização.

Composição da Receita Líquida por Marca

(R\$ milhões)



**NOSSA
CAPILARIDADE**

34 mil
Pontos de
vendas

862
Franquias e
Lojas Próprias

78
Lojas TriFil

1.333
Espaços
Especiais



RECEITA LÍQUIDA POR CANAL

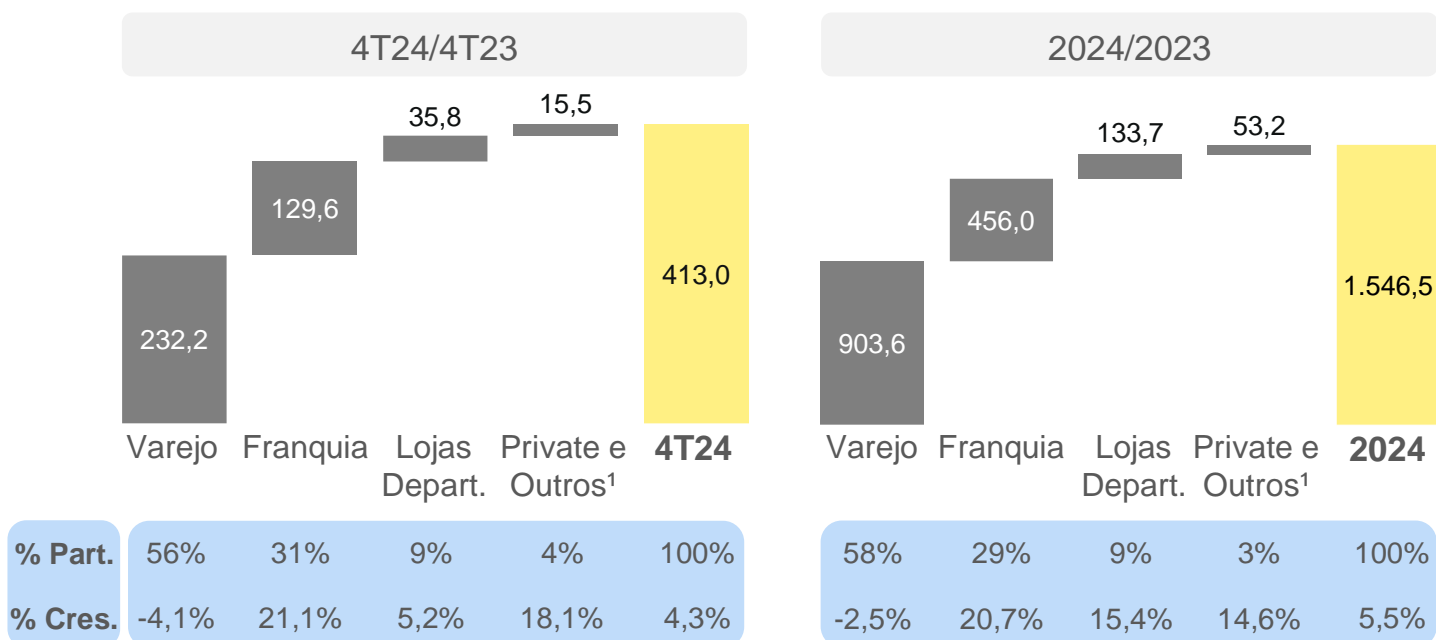
A menor receita líquida no varejo multimarcas em 2024 foi compensada pelo aumento de 20,7% em franquias, que atingiu R\$ 456,0 milhões. Convém destacar que esse resultado é reflexo, em parte, das 228 lojas que migraram do antigo modelo Muito Lupo para o de franquias. Já as lojas de departamento apresentaram boa recuperação após a retração observada em 2023, alcançando um faturamento de R\$ 133,7 milhões em 2024.

A redução registrada no Private Label, de R\$ 3,5 milhões em 2024 vs. 2023, decorreu da decisão de redirecionarmos maiores recursos para a produção de artigos de nossas marcas próprias perante a recuperação da demanda. Já o aumento na receita líquida do E-commerce, de R\$ 6,6 milhões em 2024 vs. 2023, foi reflexo dos maiores esforços da Companhia em explorar o potencial desse canal, que recebeu maior destaque em nossos planos de expansão.

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Varejo Multimarcas	232,2	242,0	-4,1%	903,6	926,4	-2,5%
Franquias	129,6	107,0	21,1%	456,0	377,8	20,7%
Lojas de departamento	35,8	34,0	5,2%	133,7	115,9	15,4%
Private label	2,9	4,1	-29,1%	13,5	17,0	-20,4%
E-commerce	4,8	2,3	107,1%	15,5	8,9	73,8%
Receita líquida mercado interno	405,2	389,4	4,1%	1.522,4	1.446,0	5,3%
Receita líquida mercado externo	7,8	6,7	15,8%	24,2	20,5	17,7%
Receita líquida total	413,0	396,1	4,3%	1.546,5	1.466,5	5,5%

Composição da Receita Líquida por Canal

(R\$ milhões)



¹ Inclui e-commerce e mercado externo.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Encerramos 2024 com um lucro bruto de R\$ 483,4 milhões, o que representou um aumento de 12,8% em relação ao observado no ano anterior. Já a margem bruta foi de 31,3%, figurando 2,0 p.p. acima do apurado em 2023.

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Receita Líquida	413,0	396,1	4,3%	1.546,5	1.466,5	5,5%
Matéria-prima, consumo e outros	(183,3)	(176,0)	4,2%	(637,1)	(657,4)	-3,1%
Despesas com pessoal	(88,1)	(79,6)	10,7%	(352,9)	(306,9)	15,0%
Depreciação e amortização	(10,7)	(10,7)	0,4%	(42,4)	(42,2)	0,5%
Energia elétrica	(8,1)	(8,0)	1,1%	(30,7)	(31,5)	-2,5%
Total custos dos produtos vendidos	(290,3)	(274,3)	5,8%	(1.063,1)	(1.037,9)	2,4%
Lucro Bruto	122,7	121,8	0,7%	483,4	428,6	12,8%
<i>Margem bruta%</i>	<i>29,7%</i>	<i>30,8%</i>	<i>-1,0 p.p.</i>	<i>31,3%</i>	<i>29,2%</i>	<i>2,0 p.p.</i>

DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

As despesas de vendas e administrativas (SG&A) representaram 20,0% da receita líquida em 2024, o que se refletiu em um aumento de 0,9 p.p. em relação a 2023. Destacamos os dispêndios incorridos com fretes no 3T24 que contribuíram para esse resultado, quando precisamos utilizar, temporariamente, os serviços de outras transportadoras ao invés da contratada.

Uma estimativa *pro-forma* aponta que tal circunstância resultou em um dispêndio extraordinário de aproximadamente R\$ 6,5 milhões com fretes durante cerca de um mês e meio. Dessa forma, ao retiramos do resultado esse fato, o SG&A representaria então 19,6% da receita líquida em 2024, o que se traduziria em um aumento de 0,5 p.p. vs. 2023.

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
SG&A	(81,7)	(81,9)	-0,2%	(309,8)	(281,1)	10,2%
<i>% receita líquida</i>	<i>-19,8%</i>	<i>-20,7%</i>	<i>0,9 p.p.</i>	<i>-20,0%</i>	<i>-19,2%</i>	<i>-0,9 p.p.</i>
Pessoal	(26,6)	(22,6)	17,9%	(95,3)	(84,1)	13,3%
Despesas comerciais	(22,4)	(30,1)	-25,8%	(88,4)	(93,5)	-5,4%
Fretes e armazenagem	(17,1)	(14,7)	15,9%	(65,7)	(49,1)	33,8%
Prestação de serviços	(5,4)	(4,8)	11,5%	(20,6)	(17,1)	20,6%
Materiais	(3,7)	(3,9)	-3,2%	(14,7)	(14,6)	0,5%
Depreciações	(2,1)	(1,8)	17,7%	(7,4)	(6,3)	17,3%
Outras	(4,4)	(4,0)	10,7%	(17,7)	(16,4)	8,1%

EBITDA E MARGEM EBITDA

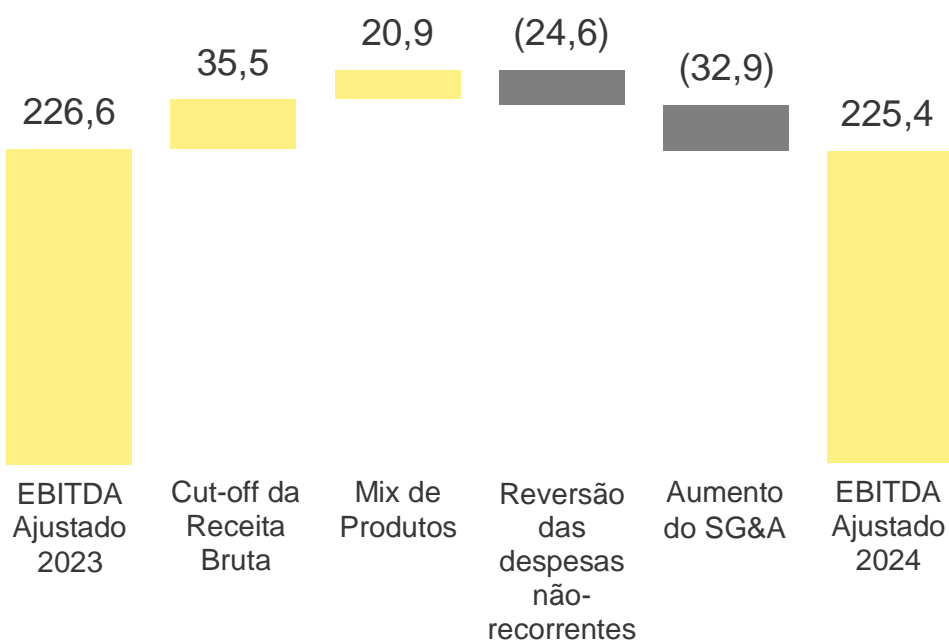
EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

O EBITDA ajustado em 2024 foi de R\$ 225,4 milhões, com margem de 14,6%; 0,9 p.p. inferior à de 2023.

Reconciliação EBITDA (R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Lucro Líquido	62,9	55,2	13,9%	173,4	171,4	1,2%
(+/-) Despesas com IR e CS	(14,7)	(11,2)	30,9%	22,9	(3,9)	-683,6%
(+/-) Financeiras líquidas	(6,4)	(7,6)	-15,6%	(23,1)	(16,3)	42,1%
(+) Depreciação e amortização	12,9	15,1	-14,8%	49,7	48,3	3,0%
(=) EBITDA	54,7	51,5	6,1%	222,8	199,4	11,7%
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>13,2%</i>	<i>13,0%</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>14,4%</i>	<i>13,6%</i>	<i>0,8 p.p.</i>
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré-operacional da unidade fabril localizada em Pacatuba-CE.	-	1,6	(1,6)	-	9,5	(9,5)
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré-operacional da unidade fabril localizada em Maracanaú-CE.	-	-	-	-	9,0	(9,0)
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal.	2,6	8,7	(6,2)	2,6	8,7	(6,2)
(=) EBITDA Ajustado	57,2	61,9	-7,4%	225,4	226,6	-0,5%
<i>Margem EBITDA ajustada %</i>	<i>13,9%</i>	<i>15,6%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>	<i>14,6%</i>	<i>15,5%</i>	<i>-0,9 p.p.</i>

O EBITDA permite melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Composição do EBITDA Ajustado 2024 vs. 2023 (*Pro-Forma*) (R\$ milhões)





LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 175,1 milhões em 2024; 7,5% inferior ao apurado em 2023. Esse resultado refletiu-se em uma margem líquida ajustada de 11,3%; uma redução de 1,6 p.p. vs. 2023. O menor resultado deveu-se ao aumento das despesas com IR e CS sobre o lucro, de acordo com a nova Lei sobre subvenções de investimentos, instituída em dezembro de 2023.

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Lucro Líquido	62,9	55,2	13,9%	173,4	171,4	1,2%
<i>Margem líquida %</i>	15,2%	13,9%	1,3 p.p.	11,2%	11,7%	-0,5 p.p.
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré-operacional da unidade fabril localizada em Pacatuba-CE.	-	1,0	(1,0)	-	6,3	(6,3)
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré-operacional da unidade fabril localizada em Maracanaú-CE.	-	-	-	-	5,9	(5,9)
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal.	1,7	5,8	(4,1)	1,7	5,8	(4,1)
Lucro Líquido Ajustado	64,6	62,0	4,1%	175,1	189,3	-7,5%
<i>Margem líquida ajustada %</i>	15,6%	15,7%	0,0 p.p.	11,3%	12,9%	-1,6 p.p.





GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa livre foi de R\$ 86,5 milhões em 2024; R\$ 151,4 milhões inferior ao registrado em 2023. Por trás dessa redução estão as maiores despesas com a compra de insumos e o aumento nos níveis de estoques visando sustentar o crescimento das vendas, sobretudo as relacionadas à nossa linha esportiva, que possui maior valor agregado. Contribuíram também para esse resultado as ações estratégicas de incentivos de vendas, com aumento no prazo de pagamento em 30 dias para o varejo e franquias.

(R\$ milhões)	2024	2023	Var.
EBITDA	222,8	199,4	23,4
Itens não caixa e impostos	(22,8)	(1,1)	(21,7)
Itens não caixa ¹	6,9	9,8	(2,9)
IR e CS corrente e diferido	22,9	(3,9)	26,8
IR e CS corrente pago	(52,5)	(7,0)	(45,5)
Investimentos em capital de giro	(75,0)	96,8	(171,8)
Contas a receber de clientes	(91,9)	48,9	(140,7)
Estoques	(27,6)	41,3	(68,9)
Impostos a recuperar	2,6	4,2	(1,6)
Fornecedores e salários	21,2	(12,9)	34,1
Outros	20,7	15,4	5,3
CapEx	(38,6)	(57,3)	18,7
Geração de Caixa Livre	86,5	237,8	(151,4)

¹ Considera-se provisões para contingência, perdas com clientes, obsolescência de estoques e baixa de ativos fixos.

CAIXA LÍQUIDO

O Grupo Lupo fechou 2024 em situação financeira confortável, com um caixa líquido de R\$ 240,2 milhões.

(R\$ milhões)	2024	2023	Var.
Empréstimos e financiamentos (circulante)	12,5	11,6	0,9
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	53,9	51,4	2,4
Dívida Bruta	66,4	63,1	3,3
Caixa, equivalente de caixa e títulos mobiliários	306,6	305,2	1,4
Caixa Líquido	240,2	242,2	(2,0)





REDES DE LOJAS

Nossas redes de lojas responderam por 29% da receita bruta em 2024, totalizando R\$ 540,6 milhões no sell-in. Já no sell-out, a receita bruta atingiu R\$ 1,3 bilhão, ficando 10,1% acima do apurado em 2023.

(R\$ milhões)	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita Bruta Total (sell-in)	135,9	141,3	-3,8%	540,6	577,4	-6,4%
Lojas Lupo	115,2	100,5	14,6%	460,1	398,4	15,5%
Lojas Lupo Sport	8,0	9,4	-14,3%	31,7	29,9	6,2%
Lojas Scala	7,9	6,4	23,3%	25,7	40,6	-36,7%
Lojas Muito Lupo	-	18,9	-100,0%	-	83,1	-100,0%
Lojas Trifil	4,8	6,0	-20,4%	23,1	25,4	-9,2%
Receita Bruta Total (sell-out)	393,2	343,2	14,6%	1.281,2	1.164,2	10,1%
Lojas Lupo	348,5	296,7	17,5%	1.133,6	1.013,2	11,9%
Lojas Lupo Sport	24,8	23,6	4,8%	78,6	72,3	8,8%
Lojas Scala	19,9	22,9	-13,0%	69,0	78,7	-12,3%

Concluímos 2024 com 940 lojas em nossa rede; um decréscimo de 56 lojas em relação a 2023. Essa redução decorreu das lojas Muito Lupo que optaram por não migrar para o modelo de franquia Lupo. Dentre as 761 lojas Lupo em 2024, 228 correspondem ao antigo modelo Muito Lupo.

Número de Lojas	4T24	4T23	Var.	2024	2023	Var.
Total de Lojas	7	20	(13)	940	996	(56)
Lojas Lupo	8	6	2	761	507	254
Lojas Lupo Sport	2	1	1	47	41	6
Lojas Scala	(1)	(1)	-	54	58	(4)
Lojas Muito Lupo	-	14	(14)	-	294	(294)
Lojas Trifil	(2)	-	(2)	78	96	(18)

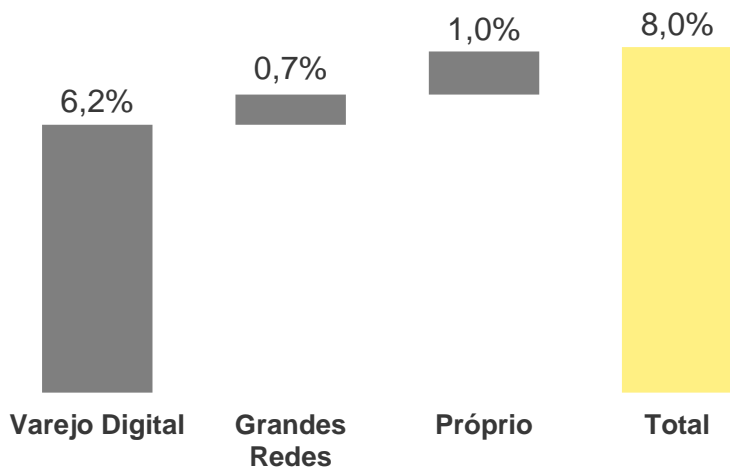




E-COMMERCE

Vendas no E-commerce 2024

% sobre a receita bruta



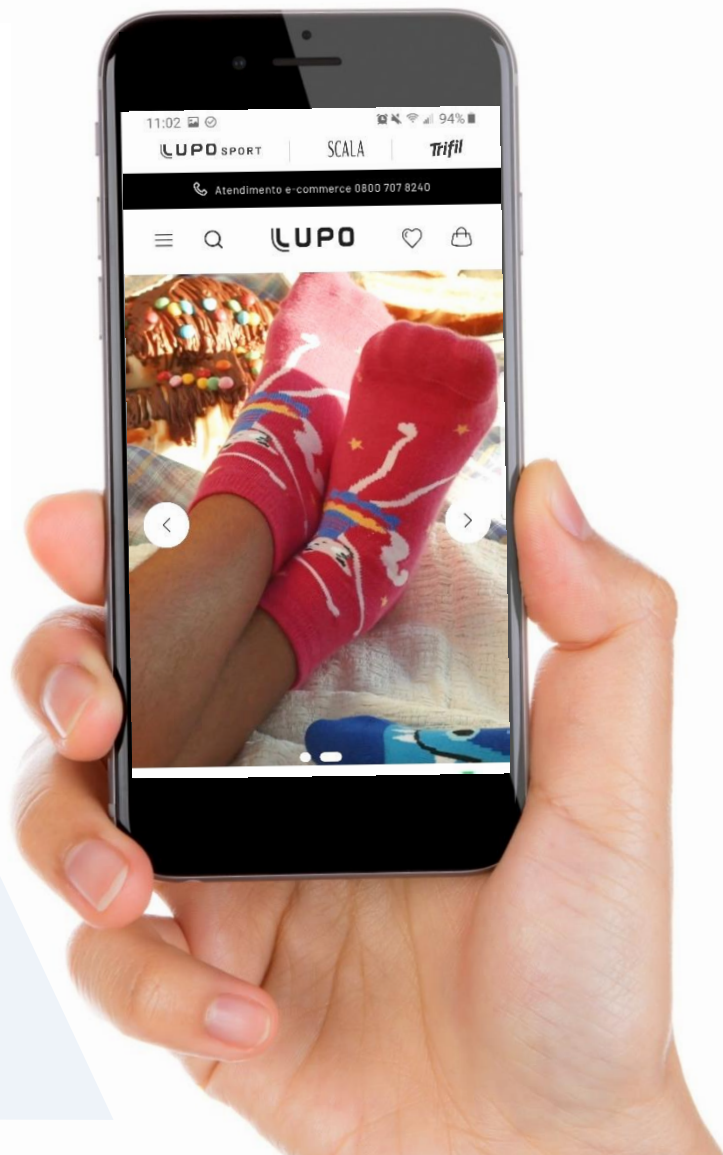
PRESENTE nos maiores
E-COMMERCE do Brasil



PDV móvel implantado
em 663 lojas



OMNICHANNEL implantado
em mais de 90% das franquias

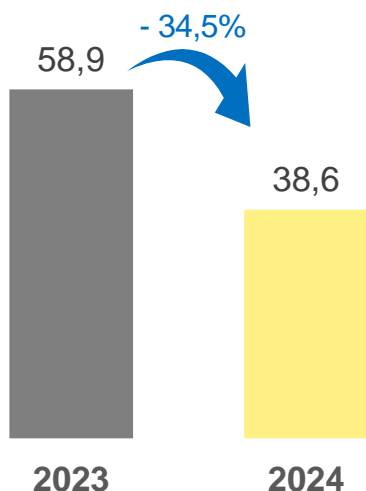




INVESTIMENTOS

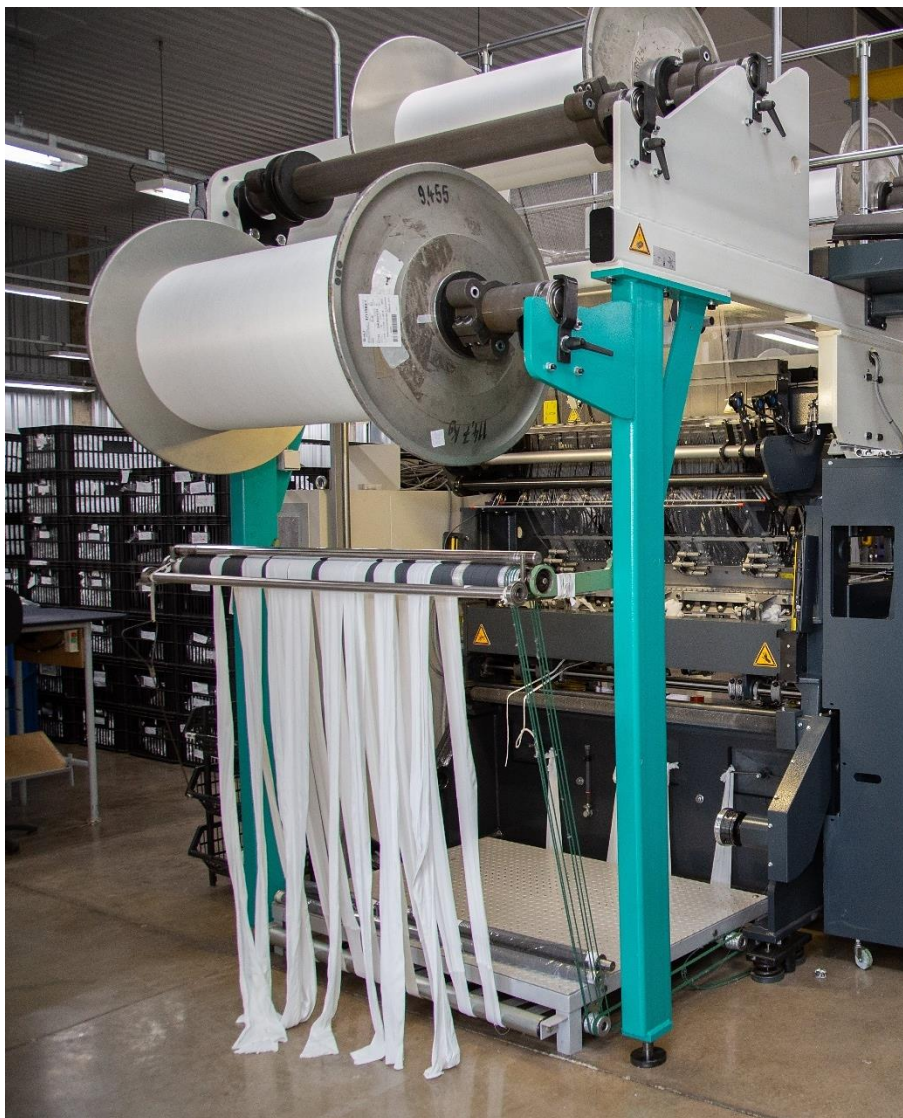
Investimentos 2024 vs. 2023

R\$ milhões



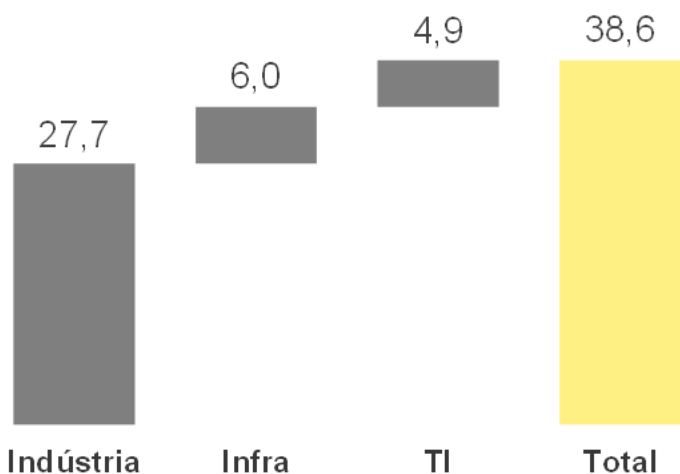
+300 máquinas e equipamentos adquiridos em 2024, incluído:

105 para tecelagem, **172** para costura, **3** para tinturaria, **24** para acabamento/estamparia.



Distribuição dos investimentos 2024

R\$ milhões





SUSTENTABILIDADE - ESG

Em outubro, mês de conscientização sobre o câncer de mama, a Lupo Sport se uniu à Ferroviária na campanha "O Toque que Muda o Jogo", que levou a mensagem sobre a importância dos exames preventivos e do autocuidado. Na estreia da Ferroviária na Libertadores, as jogadoras entraram em campo vestindo o Manto Rosa; uma versão comemorativa exclusiva do uniforme. O uniforme também está disponível para o público no e-commerce da Lupo Sport, e 100% do valor das vendas será revertido para a LACCA - Liga Araraquarense de Combate ao Câncer.



EVENTO CORRE ARARAQUARA



A Lupo Sport iniciou sua jornada na promoção de corridas proprietárias com um evento especial em Araraquara. A Corrida Lupo Sport - Corre Araraquara celebrou a relação entre a marca e a comunidade local, celebrando um estilo de vida ativo. Com percursos de 3k (caminhada), 5k e 10k (corrida), o evento engajou pessoas de diferentes idades e níveis, de corredores amadores a atletas experientes, promovendo saúde, bem-estar e conexão com o esporte.

CORRE ARARAQUARA

Uma corrida para fazer história

24/11/2024 | DOMINGO | ARARAQUARA - SP

3KM, 5KM E 10KM





BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhões)	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	306,6	305,2
Contas a receber de clientes	377,5	279,2
Estoques	357,0	322,0
Adiantamento a fornecedores	23,0	10,0
IR/CS a recuperar	35,1	29,3
Impostos a recuperar	13,6	12,3
Outras contas a receber	10,4	8,0
Total do ativo circulante	1.123	966,1
Contas a receber de clientes	0,7	2,1
Impostos a recuperar	45,2	55,1
Depósitos judiciais	7,4	5,8
Ativo fiscal diferido	13,0	7,1
Investimentos	0,1	0,1
Imobilizado	410,4	413,2
Intangível	98,1	101,0
Total do ativo não circulante	574,9	584,4
Total do ativo	1.698,1	1.550,5
Fornecedores	66,3	40,5
Empréstimos e financiamentos	12,5	11,6
Salários e férias a pagar	32,8	37,4
IR/CS a recolher	0,6	0,0
Impostos e contribuições a recolher	26,3	20,3
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	51,0	49,0
Outras contas a pagar	5,4	4,3
Passivo de arrendamentos	26,7	22,7
Total do passivo circulante	221,8	186,0
Empréstimos e financiamentos	53,9	51,4
Impostos e contribuições a recolher	0,3	0,3
Passivo fiscal diferido	36,4	33,7
Provisões para contingências	18,5	14,1
Outras contas a pagar	12,2	0,5
Passivo de arrendamentos	70,4	89,3
Total do passivo não circulante	191,6	189,3
Capital social	1.035,5	892,3
Ajuste de avaliação patrimonial	102,8	107,4
Reservas de lucros	146,3	175,5
Total do patrimônio líquido	1.284,7	1.175,2
Total do passivo e patrimônio líquido	1.698,1	1.550,5



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(R\$ milhões)	4T24	4T23	2024	2023
Receita operacional bruta	494,9	459,6	1.855,4	1.742,1
Impostos sobre vendas	(81,9)	(63,5)	(308,9)	(275,6)
Receita operacional líquida	413,0	396,1	1.546,5	1.466,5
Custos dos produtos vendidos	(290,3)	(274,3)	(1.063,1)	(1.037,9)
Lucro operacional bruto	122,7	121,8	483,4	428,6
Despesas com vendas	(58,3)	(60,3)	(221,7)	(200,5)
Despesas administrativas e gerais	(23,4)	(21,5)	(88,1)	(80,6)
Reversão (perdas) esperadas com créditos	(0,9)	0,0	(4,5)	0,1
Outras receitas operacionais	(0,7)	4,4	19,6	19,2
Outras despesas operacionais	2,4	(8,0)	(15,6)	(15,7)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	41,8	36,4	173,1	151,2
Receitas financeiras	14,0	12,9	45,0	36,8
Despesas financeiras	(7,7)	(5,4)	(21,9)	(20,5)
Resultado antes dos impostos	48,2	44,0	196,2	167,4
IR/CS corrente	25,4	18,0	(24,2)	(0,0)
IR/CS diferido	(10,8)	(6,8)	1,4	3,9
Lucro (prejuízo) do exercício	62,9	55,2	173,4	171,4



FLUXO DE CAIXA

(R\$ milhões)	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	173,4	171,4
Depreciação e amortização	49,7	48,3
Provisões para contingências	4,4	3,4
IR/CS corrente e diferido	22,9	(3,9)
Variação monetária, cambial e juros	12,5	6,2
Provisão para perdas de crédito esperadas (PDD)	4,5	(0,1)
Provisão para perdas de estoques	(6,1)	(3,9)
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	4,1	10,5
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(91,9)	48,9
Estoques	(27,6)	41,3
Adiantamento a fornecedores	(12,9)	6,6
Impostos a recuperar	2,6	4,2
Outras contas a receber	(2,4)	1,1
Depósitos judiciais	(1,7)	(0,1)
Fornecedores	25,8	(13,7)
Salários e férias a pagar	(4,6)	0,7
Impostos e contribuições a recolher	29,0	7,3
Outras contas a pagar	8,7	0,6
IR/CS pagos	(52,5)	(7,0)
Juros pagos	(13,0)	(12,6)
Fluxo de caixa operacional	124,8	308,9
Aquisição de imobilizado	(35,7)	(48,4)
Aquisição de intangível	(2,9)	(9,0)
Fluxo de caixa investimento	(38,6)	(57,3)
Pagamento de arrendamento	(23,5)	(18,6)
Pagamento de dividendos	0,0	(9,9)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(49,0)	(37,1)
Pagamento de financiamentos e empréstimos	(12,3)	(9,7)
Fluxo de caixa financiamentos	(84,8)	(75,2)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	305,2	128,9
Fluxo de caixa operacional	124,8	308,9
Fluxo de caixa investimento	(38,6)	(57,3)
Fluxo de caixa financiamentos	(84,8)	(75,2)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	306,6	305,2



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Grupo Lupo referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as de períodos e anos anteriores, estão disponíveis no website:

<https://ri.lupo.com.br/>.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia preserva a independência de seus auditores. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para serviços adicionais que, entretanto, não impactam o exame das demonstrações financeiras do exercício.





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

Lupo S.A.

Araraquara – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja as Notas 1.(i).c, 5.b, 8.m, 8.p e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, valores relevantes de investimentos referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes das combinações de negócios das entidades Scalina Ltda. e Pacatuba Têxtil Ltda (atual Lupo Nordeste Ltda.).</p> <p>Conforme, CPC 01/IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado anualmente. Consequentemente, a Companhia e suas controladas estimaram o valor recuperável das respectivas unidades geradora de caixa ("UGC"), a qual esses ativos estão alocados, com base no valor em uso.</p> <p>A determinação do valor em uso considera os fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de premissas, sendo as principais: (i) período projetivo (5 anos); (ii) perpetuidade; (iii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WAAC); (iv) sensibilização do crescimento da receita líquida de acordo com o ajuste inflacionário.</p> <p>Devido a relevância dos saldos do ágio por expectativa de rentabilidade futura e o nível de incerteza inerente às premissas significativas, utilizadas na determinação das estimativas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que se alteradas podem impactar relevantemente os saldos do ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse tema como um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação dos desenhos dos controles internos chave relacionados com a determinação dos valores recuperáveis da UGC que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura originado em combinação de negócio;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none">(i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas no mercado e em conformidade com o CPC 01/IAS 36;(ii) se as principais premissas consideradas na projeção do fluxo de caixa estão fundamentadas em dados históricos e dados de mercado e são condizentes com orçamento preparado pela Administração da Companhia;(iii) da sensibilização dessas principais premissas;(iv) do recálculo da taxa de desconto com base na metodologia WACC; e(v) se os cálculos matemáticos estão adequados.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base, nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

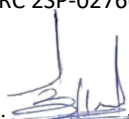
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 21 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovanni Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Lupo S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	306.611	305.239	263.875	301.964	Fornecedores	19	66.318	40.489	45.965	32.675
Contas a receber de clientes	10	377.463	279.194	266.201	216.048	Empréstimos e financiamentos	20	12.537	11.627	12.537	11.627
Estoques	11	357.049	322.033	167.695	156.751	Passivo de arrendamentos	18	26.721	22.714	20.010	17.333
Adiantamento a fornecedores	12	22.963	10.047	18.987	6.127	Salários e férias a pagar	21	32.802	37.415	22.042	26.392
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	35.062	29.296	27.027	28.852	Impostos e contribuições a recolher	22	26.338	20.335	19.663	16.071
Impostos a recuperar	13	13.637	12.343	12.543	8.954	Imposto de renda e contribuição social a recolher		626	-	-	-
Outras contas a receber		10.367	7.971	16.024	25.386	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	51.000	49.045	51.000	49.045
Total do ativo circulante		1.123.152	966.123	772.352	744.082	Outras contas a pagar		5.438	4.327	3.938	25.716
						Total do passivo circulante		221.780	185.952	175.155	178.859
Contas a receber de clientes	10	688	2.063	9	61	Empréstimos e financiamentos	20	53.873	51.442	53.873	51.442
Impostos a recuperar	13	45.203	55.098	1.584	2.490	Passivo de arrendamentos	18	70.420	89.292	16.174	33.611
Depósitos judiciais	24	7.449	5.792	720	374	Impostos e contribuições a recolher	22	278	261	-	-
Ativo fiscal diferido	14	12.979	7.097	-	-	Passivo fiscal diferido	17	36.356	33.728	36.356	31.842
Total do realizável a longo prazo		66.319	70.050	2.313	2.925	Provisões para contingências	24	18.504	14.147	12.851	7.656
						Outras contas a pagar		12.212	469	-	468
Investimentos	15	142	142	500.692	427.656	Total do passivo não circulante		191.643	189.339	119.254	125.019
Imobilizado	16	410.365	413.168	299.940	299.318	Patrimônio líquido	26	1.035.544	892.331	1.035.544	892.331
Intangível	17	98.113	101.005	3.780	5.094	Capital social		102.833	107.358	102.833	107.358
						Ajuste de avaliação patrimonial		8.700	8.623	8.700	8.623
Total do ativo não circulante		574.939	584.365	806.725	734.993	Reserva legal		-	73.850	-	73.850
						Reserva de incentivos fiscais		137.591	93.035	137.591	93.035
						Reserva para investimento					
Total do ativo		1.698.091	1.550.488	1.579.077	1.479.075	Total do patrimônio líquido		1.284.668	1.175.197	1.284.668	1.175.197
						Total do passivo		413.423	375.291	294.409	303.878
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.698.091	1.550.488	1.579.077	1.479.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Lupo S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	27	1.546.501	1.466.478	1.120.879	1.133.345
Custos dos produtos vendidos	28	<u>(1.063.085)</u>	<u>(1.037.925)</u>	<u>(792.431)</u>	<u>(787.968)</u>
Lucro bruto		<u>483.416</u>	<u>428.553</u>	<u>328.448</u>	<u>345.377</u>
Outras receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(221.709)	(200.494)	(145.714)	(146.030)
Administrativas e gerais	30	(88.094)	(80.556)	(65.033)	(59.690)
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	10	(4.479)	122	(2.137)	2
Outras receitas operacionais	31	19.581	19.237	12.691	15.414
Outras despesas operacionais	31	<u>(15.591)</u>	<u>(15.677)</u>	<u>(9.580)</u>	<u>(12.000)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial e impostos		<u>173.124</u>	<u>151.185</u>	<u>118.675</u>	<u>143.073</u>
Receitas financeiras	32	45.019	36.765	38.415	31.929
Despesas financeiras	32	<u>(21.918)</u>	<u>(20.505)</u>	<u>(13.031)</u>	<u>(15.186)</u>
Financeiras líquidas		<u>23.101</u>	<u>16.260</u>	<u>25.384</u>	<u>16.743</u>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	15	-	-	49.551	13.449
Resultado antes dos impostos		<u>196.225</u>	<u>167.445</u>	<u>193.610</u>	<u>173.265</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	(24.231)	(7)	(15.734)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	<u>1.368</u>	<u>3.924</u>	<u>(4.514)</u>	<u>(1.903)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>173.362</u>	<u>171.362</u>	<u>173.362</u>	<u>171.362</u>
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		173.362	171.362	173.362	171.362
		<u>173.362</u>	<u>171.362</u>	<u>173.362</u>	<u>171.362</u>
Resultado por ação	33	0,8774	0,8672	0,8774	0,8672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado / Controladora</u>	
	2024	2023
Lucro líquido do período	173.362	171.362
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(3.901)	2.137
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	<u>10</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>169.471</u>	<u>173.499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas					Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	728.619	106.328	10.560	67.716	146.176	9.886	-	1.069.285
Aumento de capital	163.712	-	(10.560)	(67.716)	(85.436)	-	-	-
Transferência para pagamento dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(9.886)	-	(9.886)
Realização do custo atribuído	-	(1.107)	-	-	-	-	1.107	-
Outros resultados abrangentes								
Ganho com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	2.137	-	-	-	-	-	2.137
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	171.362	171.362
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	8.623	-	-	-	(8.623)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	73.850	-	-	(73.850)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	32.295	-	(32.295)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(57.700)	(57.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	892.331	107.358	8.623	73.850	93.035	-	-	1.175.197
Saldos em 1º de janeiro de 2024	892.331	107.358	8.623	73.850	93.035	-	-	1.175.197
Aumento de capital	143.213	-	(8.623)	(73.850)	(60.740)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	(634)	-	-	-	-	634	-
Outros resultados abrangentes								
Perda com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(3.901)	-	-	-	-	-	(3.901)
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	10	-	-	-	-	-	10
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	173.362	173.362
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	8.700	-	-	-	(8.700)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Reserva para investimentos	-	-	-	-	105.296	-	(105.296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.544	102.833	8.700	-	137.591	-	-	1.284.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		173.362	171.362	173.362	171.362
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		49.719	48.251	35.053	32.741
Provisões para contingências		4.357	3.366	5.195	3.717
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	14	22.863	(3.917)	20.248	1.903
Variação monetária, cambial e juros		12.506	6.179	8.450	6.179
Provisão (Reversão) para perdas estimadas de liquidação duvidosa	10	4.479	(122)	2.137	(2)
Provisão (Reversão) para perdas de estoques		(6.072)	(3.924)	(3.887)	(5.752)
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	16 e 17	4.096	10.482	801	8.154
Equivalência patrimonial	15	-	-	(49.551)	(13.449)
		265.310	231.677	191.808	204.853
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(91.891)	48.857	(42.756)	15.966
Estoques		(27.601)	41.254	(5.705)	69.481
Adiantamento a fornecedores		(12.916)	6.553	(12.860)	6.360
Impostos a recuperar		2.590	4.219	(8.537)	12.189
Outras contas a receber		(2.396)	1.121	9.362	(17.402)
Depósitos judiciais		(1.657)	(123)	(346)	(117)
Fornecedores		25.829	(13.653)	13.290	4.812
Salários e férias a pagar		(4.613)	747	(4.350)	(272)
Impostos e contribuições a recolher		28.958	7.267	26.249	4.660
Outras contas a pagar		8.682	585	(22.246)	21.532
Caixa gerado pelas atividades operacionais		190.295	328.504	143.909	322.062
Imposto de renda e contribuição social pagos		(52.493)	(6.984)	(36.907)	(17.289)
Juros pagos		(12.986)	(12.597)	(10.379)	(11.136)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		124.816	308.923	96.623	293.637
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	16	(35.702)	(48.350)	(26.403)	(10.079)
Aquisição de intangível	17	(2.895)	(8.976)	(1.394)	(3.772)
Investimentos em aquisições		-	-	(262)	(33.582)
Adiantamento futuro aumento capital	15	-	-	(29.102)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(38.597)	(57.326)	(57.161)	(47.433)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamento	18	(23.480)	(18.572)	(16.184)	(16.019)
Pagamento de dividendos		-	(9.886)	-	(9.886)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(49.045)	(37.060)	(49.045)	(37.060)
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	20	(12.322)	(9.724)	(12.322)	(9.724)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(84.847)	(75.242)	(77.551)	(72.689)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalente de caixa		1.372	176.355	(38.089)	173.515
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		305.239	128.884	301.964	128.449
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		306.611	305.239	263.875	301.964
		1.372	176.355	(38.089)	173.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	<u>1.853.766</u>	<u>1.756.017</u>	<u>1.350.892</u>	<u>1.365.659</u>
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.855.389	1.746.260	1.350.526	1.359.212
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	(4.479)	122	(2.137)	2
Outras receitas	2.856	9.635	2.503	6.445
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(886.484)</u>	<u>(877.466)</u>	<u>(672.040)</u>	<u>(675.326)</u>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(647.623)	(664.741)	(518.808)	(520.913)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(290.662)	(250.860)	(180.951)	(180.037)
Perda / Recuperação de valores ativos	51.801	38.135	27.719	25.624
Valor adicionado bruto	<u>967.282</u>	<u>878.551</u>	<u>678.852</u>	<u>690.333</u>
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(50.701)	(48.251)	(36.675)	(32.741)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>916.581</u>	<u>830.300</u>	<u>642.177</u>	<u>657.592</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>45.019</u>	<u>36.765</u>	<u>87.966</u>	<u>45.378</u>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	49.551	13.449
Receitas financeiras	45.019	36.765	38.415	31.929
Valor adicionado total a distribuir	<u>961.600</u>	<u>867.065</u>	<u>730.143</u>	<u>702.970</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>961.600</u>	<u>867.065</u>	<u>730.143</u>	<u>702.970</u>
Pessoal	<u>431.081</u>	<u>392.106</u>	<u>290.023</u>	<u>281.724</u>
Remuneração direta	322.532	293.850	219.189	213.856
Benefícios	81.948	74.586	52.312	50.855
FGTS	26.601	23.670	18.522	17.013
Impostos, taxas e contribuições	<u>331.777</u>	<u>274.952</u>	<u>251.764</u>	<u>226.792</u>
Federais	223.345	176.638	164.183	143.821
Estaduais	107.348	97.105	87.180	82.367
Municipais	1.084	1.209	401	604
Remuneração de Capitais de Terceiros	<u>25.380</u>	<u>28.645</u>	<u>14.994</u>	<u>23.092</u>
Juros	12.005	11.738	6.853	11.293
Aluguéis	4.787	3.183	2.469	1.970
Outras	8.588	13.724	5.672	9.829
Remuneração de Capitais Próprios	<u>173.362</u>	<u>171.362</u>	<u>173.362</u>	<u>171.362</u>
Juros sobre o Capital Próprio	60.000	57.700	60.000	57.700
Lucro retido no período	113.362	113.662	113.362	113.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)*

1 Contexto operacional

A Lupo S.A. (“Companhia”) é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. Essas demonstrações financeiras individuais compreendem a Companhia (Controladora), e as demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas (designados conjuntamente como “Companhia e suas controladas” ou “Grupo”). A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das subsidiárias na Nota Explicativa nº 2.

Com participação acionária pulverizada, a Companhia não possui controlador final. O controle da Companhia ocorre mediante o exercício de direitos previstos em acordo assinado por acionistas representando 74,42% das ações.

(i) Combinação de negócios – MC Malharia Ltda.

Em 04 de janeiro de 2023 a controlada Scalina Ltda. (Compradora) concluiu a aquisição da indústria de malhas MC Malharia Ltda., localizada em Maracanaú no estado do Ceará, anteriormente detidos pela Cotece S.A. (Vendedora). A operação teve sua aprovação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 15 de dezembro de 2022. A Compradora tem por objetivo a verticalização de seu processo através do incremento da fabricação de malhas em seu processo interno. Como resultado, a controlada Scalina Ltda. obteve o controle da MC Malharia Ltda.

A aquisição envolve a totalidade dos ativos necessários às operações de industrialização e comercialização de tecidos de malha, incluindo bens e equipamentos. A Compradora não adquiriu o ativo imobiliário, que permanecerá na posse da Vendedora, gerando uma operação de arrendamento entre as partes envolvidas no negócio. Além disso, certos empregados da Vendedora foram transferidos à Compradora em decorrência da transação.

A Companhia determinou a data de 4 de janeiro de 2023 para fins de contabilização segundo o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

a. Contraprestação transferida

Os pagamentos previstos para Cotece S.A. decorrentes desta aquisição ocorreram em 04 de janeiro de 2023, no montante total de R\$ 33.582.

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A Administração contratou peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do Purchase Pricing Allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Valor justo	Total
Estoque	2.690	-	2.690
Impostos a recuperar	537	-	537
Imobilizado - Nota 16	30.402	(5.217)	25.185
Total líquido de ativos identificáveis	<u>33.629</u>	<u>(5.217)</u>	<u>28.412</u>

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Imobilizado

Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Estoques

Técnicas de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender o estoque.

c. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	R\$
Valor total do contrato de compra de ações	33.582
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(28.412)
Ágio na aquisição (goodwill) – Nota 17	<u>5.170</u>

d. Reestruturação societária

A Administração da Companhia aprovou os atos relacionados à reestruturação societária para a incorporação da MC Malharia Ltda. pela Scalina Ltda. em 31 de março de 2023.

O objetivo da incorporação foi a consolidação e integração das operações e participações em uma única entidade jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades da Companhia. A reestruturação contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo benefícios às entidades envolvidas de ordem administrativa, financeira e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos.

A incorporação foi realizada pelo valor do acervo líquido da incorporada, apurado por laudo pericial, com base no balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro de 2023, conforme os valores contábeis existentes nos livros da incorporada, naquela mesma data, demonstrados abaixo:

Ativo	MC Malharia Ltda.
Circulante	
Contas a receber	471
Estoques	2.848
Impostos a recuperar	525
	<u>3.844</u>
Não circulante	
Imobilizado	29.891
Direito de uso	34.444
	<u>64.335</u>
Total do ativo	<u><u>68.179</u></u>
Passivo	MC Malharia Ltda.
Circulante	
Fornecedores	1.000
Passivo de arrendamento	2.687
Obrigações tributárias	158
Obrigações trabalhistas	169
	<u>4.014</u>
Não circulante	
Passivo de arrendamento	31.757
	<u><u>31.757</u></u>
Total do passivo	<u><u>35.771</u></u>
Patrimônio líquido	
Capital social	33.629
Prejuízos acumulados	(1.221)
Total do patrimônio líquido	<u><u>32.408</u></u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>68.179</u></u>

Entre a data-base do referido laudo e a data de incorporação, foi apurado lucro no montante de R\$ 88, o qual foi adicionado ao montante do acervo líquido apurado em 28 de fevereiro de 2023, chegando, assim, em um montante equivalente a R\$ 32.496. Por fim, o referido montante foi incorporado pela Scalina Ltda. em 31 de março de 2023, conforme demonstrado a seguir:

	R\$
Acervo líquido apurado em laudo datado em 28 de fevereiro de 2023	32.408
Resultado apurado entre 1º de março de 2023 e 31 de março de 2023	88
Acervo líquido incorporado por Scalina Ltda.	<u>32.496</u>

e. *Receitas e resultados incorporados*

A Companhia consolidou no período findo em 31 de março de 2023 os montantes de receita líquida e prejuízo líquido, do período de 4 de janeiro de 2023 à 31 de março de 2023 oriundos da aquisição, de R\$ 1.423 e R\$ 1.133, respectivamente. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2023, a Administração estima que a receita e o prejuízo líquido não teriam diferenças materiais dos montantes incorporados. Na determinação destes valores, a gestão assumiu que os ajustes a valor justo que surgiram na data de aquisição teriam sido os mesmos se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2023.

f. *Custos de aquisição*

A Companhia incorreu, até a data de 31 de março de 2023, em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 204 referentes a honorários advocatícios e assessoria para emissão de laudo de alocação do ágio. Os valores foram registrados como “Despesas administrativas e gerais” na demonstração de resultado.

2 Controladas da Companhia

As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue:

	Participação acionária	
	2024	2023
Controladas diretas		
Scalina Ltda.	100,00%	100,00%
Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA	100,00%	-
Controladas indiretas		
Lupo Nordeste Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Lojas Ltda.	100,00%	100,00%

Scalina Ltda.

Em 30 de novembro de 2016 foram concretizadas as negociações iniciadas em 14 de julho de 2016, em que a Companhia adquiriu 100% das ações da Scalina S.A., sendo esta uma sociedade de capital fechado, criada em 4 de abril de 1963. A sede social da controlada está localizada na Avenida Papa João Paulo I, 5.163, Guarulhos, SP. A Scalina Ltda. tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA

Criada em julho de 2024, a sede da Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA, está localizada na Praceta Henrique Moreira 244, Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral, incluindo exportação e importação desses.

Lupo Nordeste Ltda.

Criada em 27 de junho de 1997, a sede social da Lupo Nordeste Ltda. está localizada na Avenida Ibicaraí, 4.530, Itabuna, BA. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Lojas Ltda. (anteriormente denominada SCALA COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.)

Criada em 12 de março de 2010, a sede social da controlada está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543, Araraquara, SP. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral.

Conforme ato societário realizado em agosto de 2024, a Companhia alterou sua razão social de Scala Comércio De Roupas E Acessórios Ltda. para Lupo Lojas Ltda.

3 Base de preparação e declaração de conformidade

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

Toda a informação relevante nas demonstrações financeiras, e apenas esta informação, está a ser divulgada e corresponde à informação utilizada pela Administração na gestão das atividades do Companhia e suas controladas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e

estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 5.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas na Nota explicativa 8. r

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2025.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas na nota explicativa:

- Nota explicativa nº 18: o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com a expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação.
- Nota explicativa nº 1 - aquisição de empresa pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolve um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo.

c. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10:** Análise econômica para fins de mensuração da provisão e redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota Explicativa nº 11:** Análise para fins de determinação da suficiência da provisão para perdas em estoque.
- **Nota Explicativa nº 14:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nºs 16 e 17:** Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível e teste de redução ao valor recuperável do ágio e ativos correlatos da unidade geradora de caixa (UGC): principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota Explicativa nº 18:** Taxa de desconto para mensuração inicial do direito de uso e do passivo de arrendamento.
- **Nota Explicativa nº 24:** Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração da Companhia e suas controladas revisa todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado) e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

Reavaliando regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então as evidências obtidas de terceiros são analisadas, para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do

valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 25:** Instrumentos financeiros.

6 Mudança nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A Companhia e suas controladas adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. As alterações determinam certos requisitos para classificar um passivo como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade do Grupo. Anteriormente, todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade do Grupo. Dessa forma, deve ser levado em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32.

Em 31 de dezembro de 2024, em sua avaliação a Companhia e suas controladas não identificaram possíveis impactos relacionados, também não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois o Grupo não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Os outros passivos do Grupo não foram impactados pelas alterações.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Segmento operacional

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional, definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas estão organizadas, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- (i) não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- (ii) as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda; e
- (iii) as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Lupo, TriFil e Scala) e canais (Multimarca, Franquias, Lojas de Departamento, Private Label e E-commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

b. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de suas controladas. O controle é alcançado quando a Empresa tem:

- (i) poder sobre a investida;
- (ii) exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- (iii) a capacidade de usar seu poder sobre sua investida para afetar seus retornos.

A consolidação de uma subsidiária começa quando a Companhia obtém o controle da subsidiária e cessa quando a Companhia perde o controle da controlada.

Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução a valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Controladas

As demonstrações financeiras individuais das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas, se houver, são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Receita de contrato com cliente

Venda de produtos

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Esta norma estabelece critérios que visam identificar se contabilização da receita foi satisfeita e correspondem aos seguintes aspectos:

- (i) identificar o contrato com o cliente;
- (ii) identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato;
- (iii) determinar o preço da transação;
- (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho.

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

As receitas do Grupo são oriundas principalmente da venda de itens produzidos, como meias masculinas, femininas e infantis, cuecas, meias-calças, lingerie, roupas esportivas, pijamas, blusas/camisetas.

O Grupo atua na indústria de produtos têxteis, e seus produtos são comercializados de distintas maneiras (vendas diretas a grandes magazines, franqueados, lojas físicas e vendas online). Para as vendas a grandes magazines, franqueados e loja online, são formalizados contratos estabelecendo as condições de preços e descontos, e a distribuição das vendas ocorre de acordo com a necessidade e/ou pedidos realizados pelos clientes, para abastecimento de seus estoques, a Companhia e suas controladas, são responsáveis pelo custo do frete, seguro e transporte da mercadoria até o destinatário, contratos de distribuição são firmados, com transportadoras previamente selecionadas e aprovadas, que passam a ter total responsabilidade pela mercadoria a partir da retirada da fábrica, o Grupo reconhece a venda no momento em que a mercadoria é entregue ao destinatário.

Nas vendas realizadas em lojas físicas não franqueadas, onde o consumidor final seleciona a mercadoria e os preços e descontos são informados por meio de consulta aos funcionários da respectiva unidade ou obtidos nos locais de exposição da mercadoria, os principais meios de pagamento são à vista, por cartão ou parcelado. Nesta última modalidade, a prática normalmente utilizada pela empresa é o parcelamento de no mínimo 30 e no máximo 180 dias, com algumas exceções contratuais. Os descontos e juros nas operações a prazo são bastante pulverizados, levando em consideração cada operação comercial com o respectivo contrato. A transferência de controle ocorre quando a entrega é feita diretamente ao consumidor final nos pontos de venda.

Os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente no registro da transação, tendo em consideração os fluxos de caixa contratuais, os juros explícitos e, em certos casos, implícitos sobre os respectivos ativos e passivos e as taxas de mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização da taxa efetiva de juros do método das taxas em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Para as vendas a prazo, o contas a receber deve ser mensurado a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre as taxas de juros de mercado e as implícitas nos contratos de compra e venda.

O Grupo avaliou todas as vendas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal, e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas de descontos comerciais e devoluções, que são efetuadas de forma simples, pelos correios ou presencialmente nas lojas físicas.

O Grupo exporta para 23 países por meio de canais de distribuição, lojas exclusivas e *e-commerce*. Todas as exportações são realizadas com *incoterm FOB (Free on Board)* e a receita é reconhecida após o recebimento do “Conhecimento de Embarque” no momento do embarque.

Os recebimentos dos clientes são feitos antecipadamente e parceladamente por meio de transferência bancária. O contas a receber de clientes em dólares é utilizado para a realização de *hedge accounting* como forma de proteção cambial.

As vendas no site próprio tiveram início em 2019; até então eram terceirizadas. As vendas são realizadas por meio da plataforma VETEX (*Front end*), onde o cliente acessa as opções de

produtos e finaliza a compra, com opções de pagamento por boleto ou cartão (à vista ou parcelado). Os pedidos são captados pelo nosso centro de logística, que separa os produtos, emite a nota fiscal e despacha os itens. A contabilização da venda é realizada automaticamente no sistema integrado SAP quando a receita é reconhecida de acordo com os prazos fixados no momento da venda.

Algumas vendas permitem que o cliente devolva itens. Os itens devolvidos são trocados apenas por novos produtos, ou seja, nenhum reembolso em dinheiro é oferecido.

Receitas de vendas de mercadorias a franqueados

As receitas de vendas de mercadorias aos franqueados são reconhecidas no momento em que a obrigação de performance é cumprida, que compreende a transferência da mercadoria ao franqueado.

As provisões são baixadas quando o litígio é finalizado e os valores não são mais recuperáveis.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

e. Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

f. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se essa obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

g. Subvenção governamental

As seguintes subvenções são reconhecidas no resultado ao longo do exercício e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, uma vez que forem atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07/IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais.

(i) Crédito outorgado do ICMS

A subvenção governamental relacionada ao ICMS sobre vendas para o estado de São Paulo é reconhecida no resultado como 'Impostos incidentes sobre vendas', para o exercício de 2023, tal valor foi destacado no 'Patrimônio Líquido', reclassificando o saldo entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais, considerando que a legislação não permitia a sua distribuição até 31 de dezembro de 2023.

(ii) Redução da base de cálculo ICMS

Com base na legislação que determina a redução da base de cálculo de ICMS sobre os produtos têxteis, definiu-se que os estabelecimentos fabricantes localizados no Estado de São Paulo que realizam saídas internas, exceto para consumidor final, dos produtos classificados na Seção de Matérias Têxteis da Nomenclatura comum do MERCOSUL (NCM) terão a base de cálculo do imposto reduzida a 12%. Senão vejamos o artigo 52, do Anexo II, do Regulamento de ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP). A partir de 2021, amparada pela avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia passou a reconhecer a suspensão e redução de base de cálculo de ICMS como subvenção de investimento, nos termos da Lei Complementar 160 de 07 de agosto de 2017.

(iii) Inovação tecnológica

A subvenção que visa compensar a Companhia por despesas incorridas corresponde a 60% destas despesas, e é reconhecida no resultado pela parcela correspondente ao imposto de renda e à contribuição social, e que não excederá o lucro tributável do exercício.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

j. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

As provisões para perda de crédito esperada com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

l. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e gerar as condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos sejam auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações	12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	6 anos
Edifícios e outros	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

m. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

- *Ágio*: é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
- *Outros ativos intangíveis*: os outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

n. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia e suas controladas atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (“*forward points*”) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

o. Capital Social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total.

Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido (reserva de capital), e o excedente ou o déficit resultante é transferido para lucros acumulados ou capital social através de integralização aprovada pelos acionistas.

p. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

q. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

r. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas, avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A avaliação é realizada seguindo os seguintes critérios: i) se o contrato prevê a transferência do direito de controlar o uso do ativo identificado, estando explícito ou implícito; ii) se a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante a vigência do contrato; e iii) se a Companhia e suas controladas possuem todo o direito de direcionar o uso do ativo ora arrendado, ou seja, se ela tem autonomia para tomada de decisão com a finalidade de alteração de como e para qual finalidade o seu uso.

Com base nessas avaliações a Companhia e suas controladas reconhecem o ativo de direito de uso (arrendamento), como direito de usufruir de tal ativo arrendado, em contrapartida reconhece um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de realizar pagamentos a título de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil dele, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Para os arrendamentos com prazo inferior a doze meses, a Companhia avalia se o valor é representativo, e caso não seja, não é reconhecido com ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

A partir de 1 de janeiro de 2022, à medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia e suas controladas reavaliam o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

s. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas, não as adotaram antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(ii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	95	28	14	14
Saldo bancário	41.525	24.141	40.034	23.518
Aplicação financeira	264.991	281.070	223.827	278.432
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	306.611	305.239	263.875	301.964

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 99,5% a 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,1% a 108,0% em 2023), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber - no país	362.535	282.543	196.234	171.829
Contas a receber - no exterior	14.901	10.145	13.669	9.001
Contas a receber - partes relacionadas	5.978	1.766	58.830	38.970
Menos:				
Provisão para redução do valor recuperável	(5.263)	(13.197)	(2.523)	(3.691)
	378.151	281.257	266.210	216.109
Ativo circulante	377.463	279.194	266.201	216.048
Ativo não circulante	688	2.063	9	61

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(13.197)	(13.319)	(3.691)	(3.693)
Reconhecimento de perda esperada	(4.479)	-	(2.137)	-
Baixa de perda esperada	12.413	122	3.305	2
	(5.263)	(13.197)	(2.523)	(3.691)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	166.379	143.631	75.634	78.731
Produtos em elaboração	20.791	15.083	12.972	9.508
Matérias primas e materiais de consumo	169.879	163.319	79.089	68.512
	357.049	322.033	167.695	156.751

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 12.072 (R\$ 18.144 em 2023), no consolidado, e R\$ 5.140 (R\$ 9.027 em 2023), na controladora, reconhecidos como custo. Na determinação do valor realizável líquido dos estoques, a Companhia considerou uma perda por obsolescência para itens de estoque sem movimentação há mais de treze meses.

Em 31 de dezembro de 2024, matérias-primas, materiais de consumo e alterações em produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos nos custos de venda no consolidado totalizaram R\$ 1.063.085 (R\$ 1.037.925 em 2023) e na controladora, totalizaram R\$ 792.431 (R\$ 787.968 em 2023).

12 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a fornecedores - No país	5.544	1.345	4.445	972
Adiantamento a fornecedores - No exterior	17.419	8.702	14.542	5.155
	22.963	10.047	18.987	6.127

A Companhia e suas controladas, no fluxo normal de suas transações, adquirem contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços. Em 2024, a Companhia e suas controladas realizaram adiantamentos pontuais para garantir algumas condições comerciais. Todas estas transações foram com terceiros não havendo transações com partes relacionadas.

13 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	3.441	8.153	3.337	7.964
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.002	3.060	1.156	969
Programa de Integração Social (PIS) (*)	1.445	203	1.436	4
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (*)	6.654	927	6.614	17
Outros	95	-	-	-
	13.637	12.343	12.543	8.954
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	1.585	2.492	1.584	2.490
Programa de Integração Social (PIS) (*)	8.558	9.919	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (*)	35.060	42.687	-	-
	45.203	55.098	1.584	2.490

(*) Em 31 de dezembro de 2024, esse montante é composto substancialmente pelo saldo remanescente, após atualizações e compensações, de PIS e COFINS, da controlada Lupo Nordeste Ltda. (Lupo Nordeste), gerado pela exclusão do ICMS de sua base de cálculo, no valor de R\$ 31.405 (R\$ 52.606 em dezembro de 2023), conforme descrito a seguir.

Em 13 de maio de 2021, o plenário do Superior Tribunal Federal deferiu, em decisão de repercussão geral, a tratativa sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS com a modulação do procedimento de cálculo deduzindo o valor do ICMS destacado em nota fiscal na base de apuração do PIS e da COFINS. A controlada Lupo Nordeste apurou seu saldo de crédito com base na sua tese transitada em julgado em processos nos quais discutia este direito. O montante registrado em junho de 2021 foi de R\$ 65.941, sendo R\$ 12.125 referente a PIS e R\$ 53.816 referente a COFINS. A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito da Lupo Nordeste à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Lupo Nordeste deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos. A Companhia protocolou em 01/09/2021 o Pedido de Habilitação de Crédito junto a Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 27/10/2021 conforme Despacho decisório EQAUD-1/DRFSDR nº 6.190/2021, Processo Administrativo nº 10166.784454/2021-22. O valor atualizado após habilitação foi de R\$ 64.639, sendo R\$ 11.585 referente PIS e R\$ 53.054 referente COFINS. A partir da decisão e registro contábil, iniciou-se o processo de compensações de tributos federais via Dcom.

14 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercício seguintes.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contribuição social a recuperar	9.169	8.255	7.091	8.130
Imposto de renda a recuperar	25.893	21.041	19.936	20.722
	35.062	29.296	27.027	28.852

O saldo refere-se a base negativa de imposto de renda e contribuição social apuradas no ano corrente, cuja utilização é possível a partir de julho do ano seguinte, mediante a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

(ii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados substancialmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2.023	2.024	2.023
Ativos				
Provisão para perda dos estoques	4.105	6.169	1.748	3.069
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.789	4.479	858	1.257
Provisões para demandas judiciais	7.298	4.810	4.369	2.603
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.615	8.590	1.577	1.228
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	7.176	-	-
Mais valia aquisição de investimentos	522	1.044	-	-
Total do Ativo	28.830	32.274	8.558	8.163
Passivos				
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	(1.298)	(976)	(1.297)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(38.706)	(42.750)	(38.708)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	-	(3.752)	-	-
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(4.847)	(8.954)	-	-
Mais valia aquisição investimentos	(1.334)	(281)	(1.188)	-
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.300)	(5.914)	-	-
Total do Passivo	(52.207)	(58.905)	(44.914)	(40.005)
Impostos diferidos líquido	(23.377)	(26.631)	(36.356)	(31.842)
Total apresentado no ativo não circulante	12.979	7.097	-	-
Total apresentado no passivo não circulante	36.356	33.728	36.356	31.842

(iii) Movimentação das diferenças temporárias durante o período

	Consolidado						
	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido do exercício	2023	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido do exercício	2022
Ativos							
Provisão para perda dos estoques	4.105	(2.064)	-	6.169	(1.333)	-	7.502
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.789	(2.690)	-	4.479	(53)	-	4.532
Provisões para demandas judiciais	7.298	2.488	-	4.810	1.145	-	3.665
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	-	6	-	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.615	(3.975)	-	8.590	8.326	-	264
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	3.319	-	7.176	-	-	7.176
Mais valia aquisição de investimentos	522	(522)	-	1.044	1.044	-	-
Total do Ativo	28.830	(3.444)	-	32.274	8.705	-	23.569
Passivos							
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	322	-	(1.298)	574	-	(1.872)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(4.044)	-	(38.706)	(2.070)	-	(36.636)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	-	1.866	1.886	(3.752)	780	762	(5.294)
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(4.847)	4.107	-	(8.954)	2.130	-	(11.084)
Mais valia aquisição investimentos	(1.334)	(1.053)	-	(281)	(281)	-	-
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.300)	3.614	-	(5.914)	(5.914)	-	-
Total do Passivo	(52.207)	4.812	1.886	(58.905)	(4.781)	762	(54.886)
Impostos diferidos líquido	(23.377)	1.368	1.886	(26.631)	3.924	762	(31.316)

	Controladora				
	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2023	Reconhecidos no resultado do exercício	2022
Ativos					
Provisão para perda dos estoques	1.748	(1.321)	3.069	(1.956)	5.025
Provisão para perdas de créditos esperadas	858	(399)	1.257	(1)	1.258
Provisões para demandas judiciais	4.369	1.766	2.603	1.264	1.339
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	1.577	349	1.228	1.127	101
Provisão para descontos concedidos	-	-	-	(424)	424
	8.558	395	8.163	10	8.153
Passivos					
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	321	(1.297)	575	(1.872)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(4.042)	(38.708)	(2.488)	(36.220)
Mais valia aquisição investimentos	(1.188)	(1.188)	-	-	-
	(44.914)	(4.909)	(40.005)	(1.913)	(38.092)
Impostos diferidos líquido	(36.356)	(4.514)	(31.842)	(1.903)	(29.939)

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias;
- Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias que possuem prazos de realização similares aos impostos diferidos passivos, de mesma entidade jurídica, até o limite de saldo de tributos diferidos passivos; e
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	196.225	167.445	193.610	173.265
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(66.717)	(56.931)	(65.827)	(58.910)
(-) Deduções de juros sobre o capital próprio	20.400	19.618	20.400	19.618
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	16.847	4.573
Adições/exclusões permanentes:				
Depreciação e Juros (IFRS 16/CPC 06)	(9.562)	-	(6.152)	(6.559)
Reversão Aluguéis (IFRS 16/CPC06)	9.547	-	6.656	6.538
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (a)	-	30.043	-	15.031
Inovação tecnológica (b)	10.809	6.343	7.589	6.343
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa reconhecidos (c)	6.797	-	-	-
Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	437	-	-	-
Benefício fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	741	-	493	-
Reconhecimento/realização de IR/CS diferidos sobre mais valia de ativos adquiridos	300	-	(1.188)	-
Doações incentivadas	850	-	533	-
Amortização ágio	2.573	-	-	-
Outras adições e exclusões	962	4.844	401	11.463
	(22.863)	3.917	(20.248)	(1.903)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(24.231)	(7)	(15.734)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.368	3.924	(4.514)	(1.903)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(22.863)	3.917	(20.248)	(1.903)
<i>Alíquota efetiva</i>	11,65%	-2,34%	10,46%	1,10%

- (a) Refere-se aos benefícios fiscais do crédito outorgado de ICMS e à redução da base de cálculo ICMS tratados como subvenções governamentais, dentro dos termos da Lei Complementar 160 de 07 de agosto de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2024, com base na Lei nº. 14.789/2023, publicada em 29 de dezembro de 2023, a Companhia deixou de excluir os referidos créditos, das bases de cálculos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

- (b) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.
- (c) Refere-se a crédito de imposto de renda e contribuição social, de sua controlada Lupo Nordeste, apurados sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, reconhecidos no ano corrente, em função da controlada passar a apresentar perspectiva de lucro tributável futuro.

(ii) Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

As controladas Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda. possuem base de cálculo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos, no montante de R\$ 331.644 (R\$ 371.184 em 2023), sem limite prescricional.

15 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	-	-	500.550	427.514
	<u>142</u>	<u>142</u>	<u>500.692</u>	<u>427.656</u>

b. Movimentação dos saldos – Controlada

	Scalina Ltda. Consolidada		Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA	
	2024	2023	2024	Total
Receita operacional líquida				
Ações/quotas possuídas	512.339.874	512.339.874	1	
Capital social	581.973	512.340	59	
Ativo	648.278	529.586	1.137	
Passivo	200.714	160.940	1.130	
Patrimônio líquido	447.564	355.198	7	
Receita Líquida	775.478	469.927	81	
Despesas e custos	(723.047)	(462.299)	(336)	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(2.615)	5.821	-	
Resultado do exercício	49.816	13.449	(255)	
Percentual de participação	100%	100%	100%	Total
Valor contábil do investimento no início do exercício	427.514	380.484	-	427.514
Resultado da equivalência patrimonial	49.816	13.449	(255)	49.561
Investimento no final do exercício	477.330	393.932	(255)	477.075
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	29.102	33.582	203	29.305
Integralização de capital			59	59
Reclassificação para Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	(5.889)	-	-	(5.889)
Valor contábil do investimento no final do exercício	500.543	427.514	7	500.550

(*) O montante de R\$ 33.582, investido em 2023, para a aquisição da MC Malharia Ltda. (Nota Explicativa 1), e os aportes enviados a controlada em 2024, no montante de R\$ 29.102, foram incorporados ao capital social da Scalina Ltda em 1º de julho de 2024.

16 Imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em móveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	69	441.190	22.700	1.975	(9)	89.643	21.075	26.669	166	117.303	720.781
Adições (*)	-	38.909	3.574	101	-	-	5.424	-	1.957	35.415	85.380
Alienações	-	(18.608)	(29)	-	-	-	(2.236)	-	-	(1.673)	(22.546)
Transferências	-	374	328	-	-	9.789	(10.117)	-	(374)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69	461.865	26.573	2.076	(9)	99.432	14.146	26.669	1.749	151.045	783.615
Adições	-	19.173	1.001	49	1.262	-	9.332	-	4.885	8.570	44.272
Transferência - Mais Valia	-	(13.338)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.338)
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	-	5.889	-	-	-	-	-	-	-	-	5.889
Alienações	-	(10.095)	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(10.103)
Transferências	-	5.046	(11.645)	-	11.649	4.196	(5.466)	-	(3.780)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	468.540	15.929	2.117	12.902	103.628	18.012	26.669	2.854	159.615	810.335
Depreciação:											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(259.146)	(16.845)	(1.680)	11	(15.101)	-	(17.788)	-	(27.930)	(338.479)
Depreciação do exercício	-	(19.701)	(1.530)	(83)	-	(1.335)	-	(1.067)	-	(20.444)	(44.160)
Alienações	-	11.557	22	-	-	-	-	-	-	613	12.192
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(267.290)	(18.353)	(1.763)	11	(16.436)	-	(18.855)	-	(47.761)	(370.447)
Depreciação do exercício	-	(20.570)	(804)	(88)	(1.059)	(1.494)	-	(1.066)	-	(23.478)	(48.559)
Amortização Mais Valia	-	10.129	-	-	-	-	-	-	-	-	10.129
Alienações	-	8.899	-	8	-	-	-	-	-	-	8.907
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(268.699)	(10.424)	(1.843)	(9.914)	(17.930)	-	(19.921)	-	(71.239)	(399.970)
Valor líquido contábil:											
Saldo residual em 31/12/2023	69	194.575	8.220	313	2	82.996	14.146	7.814	1.749	103.284	413.168
Saldo residual em 31/12/2024	69	199.841	5.505	274	2.988	85.698	18.012	6.748	2.854	88.376	410.365

(*) Do montante adicionado em 'Máquinas, equipamentos e instalações' e 'Móveis e utensílios' no ano de 2023 o saldo equivalente a R\$ 25.185 é oriundo da aquisição da empresa MC Malharia Ltda. (nota explicativa Nº 1).

	Controladora								
	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benefitorias em móveis de terceiros	Bens em construção	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	316.085	15.357	827	-	89.644	19.436	166	86.673	528.188
Adições	3.494	1.291	-	-	-	5.422	1.487	971	12.665
Alienações	(14.142)	(29)	-	-	-	(2.236)	-	(1.673)	(18.080)
Transferências	374	328	-	-	9.789	(10.117)	(374)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	305.811	16.947	827	-	99.433	12.505	1.279	85.971	522.773
Adições	12.432	316	49	1.095	-	7.746	4.765	2.828	29.231
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	5.889	-	-	-	-	-	-	-	5.889
Alienações	(5.506)	-	(8)	-	-	-	-	-	(5.514)
Transferências	3.190	(7.567)	-	7.567	4.196	(4.196)	(3.190)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	321.816	9.696	868	8.662	103.629	16.055	2.854	88.799	552.379
Depreciação:									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(151.389)	(10.357)	(626)	-	(13.529)	-	-	(27.930)	(203.831)
Depreciação do exercício	(12.060)	(1.240)	(46)	-	(1.335)	-	-	(14.997)	(29.678)
Alienações	9.419	22	-	-	-	-	-	613	10.054
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(154.030)	(11.575)	(672)	-	(14.864)	-	-	(42.314)	(223.455)
Depreciação do exercício	(12.143)	(476)	(48)	(960)	(1.494)	-	-	(16.182)	(31.303)
Amortização Mais Valia	(2.394)	-	-	-	-	-	-	-	(2.394)
Alienações	4.705	-	8	-	-	-	-	-	4.713
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(163.862)	(6.713)	(712)	(6.298)	(16.358)	-	-	(58.496)	(252.439)
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2023	151.781	5.372	155	-	84.569	12.505	1.279	43.657	299.318
Saldo residual em 31/12/2024	157.954	2.983	156	2.364	87.271	16.055	2.854	30.303	299.940

Garantia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17 Intangível

	Consolidado			
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Ágio na aquisição de controlada	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.478	1.794	85.915	131.187
Adições	3.806	-	5.170	8.976
Baixas	-	(128)	-	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	47.284	1.666	91.085	140.035
Adições	1.396	1.499	-	2.895
Baixas	(3.869)	-	-	(3.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.811	3.165	91.085	139.061
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(33.301)	(1.638)	-	(34.939)
Amortização	(3.122)	-	(969)	(4.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(36.423)	(1.638)	(969)	(39.030)
Amortização	(2.733)	(154)	-	(2.887)
Estorno de Amortização	-	-	969	969
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(39.156)	(1.792)	-	(40.948)
Valor líquido contábil:				
Saldo residual em 31/12/2023	10.861	28	90.116	101.005
Saldo residual em 31/12/2024	5.655	1.373	91.085	98.113

	Controladora		
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Total
Custo:			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.332	1.794	25.126
Adições	3.772	-	3.772
Baixas	-	(128)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.104	1.666	28.770
Adições	1.394	-	1.394
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.498	1.666	30.164
Amortização:			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(18.975)	(1.638)	(20.613)
Amortização	(3.063)	-	(3.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(22.038)	(1.638)	(23.676)
Amortização	(2.708)	-	(2.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.746)	(1.638)	(26.384)
Valor líquido contábil:			
Saldo residual em 31/12/2023	5.066	28	5.094
Saldo residual em 31/12/2024	3.752	28	3.780

Os ativos intangíveis são demonstrados ao valor de custo deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas.

A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos intangíveis.

Provisão para impairment

O *goodwill* é avaliado por *impairment* anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

O teste de redução ao valor recuperável foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), bem como ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A Companhia determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de cinco anos.

A Companhia realizou o teste de imparidade em 31 de dezembro de 2024 considerando o custo médio ponderado de capital (WACC) foi determinado com base nos seguintes percentuais para cada um dos períodos nestas demonstrações financeiras: 13,81% para 2024 e 12,19% para 2023.

O fluxo de caixa previsto foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. Para a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa para um período superior a cinco anos mais perpetuidade, é utilizada uma taxa para um cenário de crescimento conservador dos níveis de inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 4,5% a.a. para 2024 e 4,20% a.a. para 2023.

O fluxo de caixa previsto também foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. A administração da Companhia acredita que esse ritmo de crescimento se justifica com base no planejamento estratégico para os próximos anos e também em projeções de mercado.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas e inflação ajustada pelo crescimento esperado das vendas e pelo desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas usadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Sensibilização das premissas relevantes do cálculo

O cálculo do valor em uso para a Companhia é mais sensível às seguintes premissas:

Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação atual de mercado dos riscos específicos de cada UGC, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas da Companhia e suas atividades operacionais e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio líquido. O custo do capital próprio é derivado do retorno esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos empréstimos e financiamentos que a Companhia é obrigado a pagar. O risco específico do segmento é incorporado pela aplicação de fatores beta individuais.

Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

As taxas de crescimento usadas além do período de cinco anos são baseadas em uma taxa que sustenta o crescimento pelo menos nos níveis estimados para os períodos subsequentes e essa taxa é de 4,5% para 2024 (4,20% para 2023).

Um eventual cenário em que a Companhia mostra um crescimento constante abaixo dos níveis de inflação não resultaria necessariamente em uma perda por redução ao valor recuperável para as unidades geradoras de caixa da Companhia.

Quando aplicável, os ativos intangíveis são avaliados pelo valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os honorários profissionais são registrados como parte dos custos em curso e, no caso de ativos qualificáveis, os custos com empréstimos capitalizados também são registrados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e é calculada na mesma base dos demais ativos intangíveis.

18 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos prevêem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedida de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia e suas controladas são as arrendatárias são apresentadas a seguir:

a. Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

Composição da movimentação

	Consolidado						
	2024	Adição	Remensuração	2023	Adição	Remensuração	2022
Custo:							
Imóveis	158.580	8.150	355	150.075	34.444	(613)	116.244
Veículos	1.035	-	65	970	970	(1.060)	1.059
	159.615	8.150	420	151.045	35.414	(1.673)	117.303
Depreciação:							
Imóveis	(70.598)	(23.120)	-	(47.478)	(21.194)	613	(26.897)
Veículos	(641)	(358)	-	(283)	(310)	1.060	(1.033)
	(71.239)	(23.478)	-	(47.761)	(21.504)	1.673	(27.930)
Saldo Líquido							
Imóveis	87.982			102.597			89.347
Veículos	394			687			26
	<u>88.376</u>			<u>103.284</u>			<u>89.373</u>

	Controladora						
	2024	Adição	Remensuração	2023	Adição	Remensuração	2022
Custo:							
Imóveis	87.764	2.408	355	85.001	-	(613)	85.614
Veículos	1.035	-	65	970	971	(1.060)	1.059
	<u>88.799</u>	<u>2.408</u>	<u>420</u>	<u>85.971</u>	<u>971</u>	<u>(1.673)</u>	<u>86.673</u>
Depreciação:							
Imóveis	(57.855)	(15.824)	-	(42.031)	(15.747)	613	(26.897)
Veículos	(641)	(358)	-	(283)	(310)	1.060	(1.033)
	<u>(58.496)</u>	<u>(16.182)</u>	<u>-</u>	<u>(42.314)</u>	<u>(16.057)</u>	<u>1.673</u>	<u>(27.930)</u>
Saldo Líquido							
Imóveis	29.909			42.970			58.717
Veículos	394			687			26
	<u>30.303</u>			<u>43.657</u>			<u>58.743</u>

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 2024 e 2023 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

b. Passivo de arrendamento

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado um componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento.

A taxa média obtida no consolidado é de 4,28% a.a. em 2024 (5,31% a.a. em 2023). e na controladora de 3,99% a.a. em 2024 (4,7% a.a. em 2023).

A Companhia não possui direito potencial de PIS/Pasep e COFINS recuperável embutido na contraprestação do arrendamento, uma vez que nossas operações estão incluídas no regime cumulativo.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas em virtude da atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Composição da movimentação

							Consolidado
	2024	Adições de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	2023
Imóveis	95.718	8.150	(23.122)	8.109	(8.072)	355	110.298
Veículos	1.423	-	(358)	27	(19)	65	1.708
	97.141	8.150	(23.480)	8.136	(8.091)	420	112.006
Total apresentado no passivo circulante	26.721						22.714
Total apresentado no passivo não circulante	70.420						89.292
	2023	Adições de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	2022
Imóveis	110.298	34.444	(18.301)	2.771	(5.730)	613	96.501
Veículos	1.708	971	(271)	16	(33)	1.001	24
	112.006	35.415	(18.572)	2.787	(5.763)	1.614	96.525
Total apresentado no passivo circulante	22.714						17.496
Total apresentado no passivo não circulante	89.292						79.029

							Controladora
	2024	Adições de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	2023
Imóveis	34.761	2.408	(15.826)	4.053	(5.465)	355	49.236
Veículos	1.423	-	(358)	27	(19)	65	1.708
	36.184	2.408	(16.184)	4.080	(5.484)	420	50.944
Total apresentado no passivo circulante	20.010						17.333
Total apresentado no passivo não circulante	16.174						33.611
	2023	Adições de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	2022
Imóveis	49.236	-	(15.748)	2.771	(4.271)	613	65.871
Veículos	1.708	971	(271)	16	(33)	1.001	24
	50.944	971	(16.019)	2.787	(4.304)	1.614	65.895
Total apresentado no passivo circulante	17.333						15.712
Total apresentado no passivo não circulante	33.611						50.183

(iii) Estimativa de liquidação

				Consolidado
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento	
2025	33.344	(5.953)	27.391	
2026	26.262	(3.888)	22.374	
2027	10.651	(2.881)	7.770	
2028	10.411	(2.362)	8.049	
2029	10.101	(1.814)	8.287	
2030	9.524	(1.262)	8.262	
2031	9.524	(681)	8.843	
2032	5.924	(156)	5.768	
2033	397	-	397	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.138	(18.997)	97.141	

	Passivo de Arrendamento	Juros	Controladora Valor Presente dos passivos de arrendamento
2025	22.822	(2.141)	20.681
2026	15.795	(529)	15.266
2027	240	(3)	237
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.857	(2.673)	36.184

19 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores mercado interno	63.160	37.024	24.090	21.580
Fornecedores mercado externo	861	1.730	828	1.372
Fornecedores - Partes Relacionadas	2.297	1.735	21.047	9.723
	66.318	40.489	45.965	32.675

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

20 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Consolidado e Controladora	
					2024	2023
					Valor contábil	Valor contábil
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	65% x CDI a.a.	dez/25	10.521	19.258
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	70% x CDI a.a.	mar/29	55.889	43.811
Total de passivos com incidência de juros					66.410	63.069
Circulante					12.537	11.627
Não circulante					53.873	51.442

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

Ano de vencimento:	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
2025	-	9.323
2027	17.958	14.040
2028	17.958	14.040
2029	17.958	14.040
	53.873	51.442

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Consolidado/Controladora					2024
	2023	Juros Provisionados	Juros Pagos	Variação Cambial	Baixa de Principal	
Capital de giro	63.069	5.197	(4.895)	15.361	(12.322)	66.410
	Consolidado/Controladora					
	2022	Juros Provisionados	Juros Pagos	Variação Cambial	Baixa de Principal	2023
Capital de giro	78.369	6.789	(6.831)	(5.533)	(9.724)	63.069

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato;
- manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP;
- enviar periodicamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES balanços, balancetes e informações sobre a Companhia e suas controladas; e
- cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios.

21 Salários e férias a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Salários e Ordenados a Pagar	8.088	8.478	5.020	5.227
Provisão PPR	4.200	4.214	4.170	4.208
Provisão de férias	20.514	24.723	12.852	16.957
	32.802	37.415	22.042	26.392

22 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	1.776	105	581	-
Previdência social a recolher	8.787	4.598	5.541	2.274
FGTS a recolher	3.450	4.137	2.434	2.879
COFINS a recolher	730	277	181	366
IRRF a recolher	10.625	10.277	10.366	10.002
PIS a recolher	135	56	31	74
ISS a recolher	31	27	5	8
IPI a Recolher	-	-	-	-
Parcelamentos - PIS/COFINS	528	622	-	-
Outros	554	497	524	468
	26.616	20.596	19.663	16.071
Passivo circulante	26.338	20.335	19.663	16.071
Passivo não circulante	278	261	-	-

23 Partes relacionadas

		Consolidado			
		2024		2023	
	Nota	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S/A	(i)	14	1.274	50	5.679
Diversos	(iv)	5.964	100.806	1.716	40.082
Total do ativo	10	5.978	102.080	1.766	45.761
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S/A	(i)	(116)	(865)	(31)	(812)
Aluguéis a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	(2.181)	(18.938)	(1.704)	(19.956)
Comercial Lupo S/A		-	-	-	(2.013)
		(2.181)	(18.938)	(1.704)	(21.969)
	19	(2.297)	(19.803)	(1.735)	(22.781)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas não controladores	(iv)	(51.000)	-	(49.045)	-
Total do passivo		(53.297)	(19.803)	(50.780)	(22.781)

	Controladora			
	2024		2023	
	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante				
Venda de produtos				
Comercial Lupo S/A	(i) 9	1.274	50	5.679
Lupo Nordeste Ltda.	(ii) 40.171	180.530	33.889	59.898
Scalina Ltda	(ii) 2.200	10.093	2.946	1.891
Lupo Lojas Ltda	(ii) 11.387	11.264	367	29
MC Malharia Ltda	(ii) -	-	-	554
Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA	165	-	-	-
Diversos	(iv) 4.896	80.010	1.716	40.082
	58.828	283.171	38.968	108.133
Aluguéis a receber				
Lupo Nordeste Ltda.	-	-	-	11
Scalina Ltda	2	29	2	26
	2	29	2	38
10	58.830	283.199	38.970	108.171
Crédito coligadas				
Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA	929	-	-	-
Scalina Ltda	8.727	-	19.042	-
	9.656	-	19.042	-
Total do ativo	67.557	283.199	58.012	108.171
Passivo circulante				
Serviços Hotelaria / Diversos				
Comercial Lupo S/A	(i) (17)	(865)	(31)	(812)
Lupo Nordeste Ltda.	(ii) (12.735)	(133.492)	(3.727)	(23.569)
Lupo Lojas Ltda	(ii) -	-	-	(391)
Scalina Ltda	(ii) (6.514)	(85.743)	(4.261)	(39.808)
	(19.266)	(220.100)	(8.019)	(64.580)
Aluguéis a pagar				
Lupo Adm e Participações Ltda.	(1.781)	(20.683)	(1.704)	(19.956)
Comercial Lupo S/A	-	-	-	(2.013)
	(1.781)	(20.683)	(1.704)	(21.969)
19	(21.047)	(240.783)	(9.723)	(86.549)
Débito coligadas				
Lupo Nordeste Ltda.	(ii) -	-	(23.676)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio				
Acionistas não controladores	(iv) (51.000)	-	(49.045)	-
Total do passivo	(72.047)	(240.783)	(82.444)	(86.549)

(i) Comercial Lupo S.A.

Os saldos a receber da Comercial Lupo S.A. referem-se, à venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., e os saldos a pagar para a Comercial Lupo S.A., referem-se a a aluguéis e serviços de hotelaria.

(ii) Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda.

Referem-se basicamente aos serviços prestados/contratados e à venda/compra de produtos.

(iii) Lupo Administração e Participações Ltda.

O contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se ao aluguel do prédio no qual a Lupo S.A. mantém suas operações industriais.

(iv) Acionistas e familiares

O saldo a receber de diversos refere-se à venda de produtos para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas e familiares de acionistas, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros.

Remuneração da Diretoria

Os diretores são as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas com Dirigentes”.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2024	2023
Remuneração da Diretoria	9.004	7.813

A Companhia não possui outros tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

24 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias e trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.137	3.644	10.781	3.939	-	3.939
(Reversões) complemento	5.607	(2.241)	3.366	3.717	-	3.717
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.744	1.403	14.147	7.656	-	7.656
(Reversões) complemento	2.022	2.335	4.357	5.195	-	5.195
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.766	3.738	18.504	12.851	-	12.851

Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se basicamente a autuação fiscal para a cobrança de “adicional de GILRAT (Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial 25 anos – empresas em geral”, referente ao exercício de 2018.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Controladora

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 45.377 (R\$ 34.398 em 2023) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 47.002 (R\$ 54.449 em 2023) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

Descrição	Consolidado			Controladora		
	2023	(Reversão) / Complemento	2024	2023	(Reversão) / Complemento	2024
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.306	303	3.609	303	346	649
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	2.486	1.354	3.840	71	-	71
	<u>5.792</u>	<u>1.657</u>	<u>7.449</u>	<u>374</u>	<u>346</u>	<u>720</u>

Descrição	Consolidado			Controladora		
	2022	(Reversão) / Complemento	2023	2022	(Reversão) / Complemento	2023
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.191	115	3.306	194	109	303
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	2.478	8	2.486	63	8	71
	<u>5.669</u>	<u>123</u>	<u>5.792</u>	<u>257</u>	<u>117</u>	<u>374</u>

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Lupo S.A.
*Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2024*

Consolidado							
	Valor contábil				Valor justo		
	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
2024							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	306.611	-	306.611	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	-	388.518	-	388.518	-	-	-
Passivos							
Fornecedores	-	-	(66.318)	(66.318)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	-	-	(66.410)	-	(66.410)	(66.410)
Passivos de arrendamentos	-	-	(97.141)	(97.141)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(51.000)	-	(51.000)	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	(17.650)	(17.650)	-	-	-
2023							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	305.239	-	305.239	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	-	289.228	-	289.228	-	-	-
Passivos							
Fornecedores	-	-	(40.489)	(40.489)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(63.069)	-	-	(63.069)	-	(63.069)	(63.069)
Passivos de arrendamentos	-	-	(112.006)	(112.006)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(49.045)	-	(49.045)	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	(4.796)	(4.796)	-	-	-

Controladora							
	Valor contábil				Valor justo		
	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
2024							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	263.875	-	263.875	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	-	282.234	-	282.234	-	-	-
Passivos							
Fornecedores	-	-	(45.965)	(45.965)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	-	-	(66.410)	-	(66.410)	(66.410)
Passivos de arrendamentos	-	-	(36.184)	(36.184)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(51.000)	-	(51.000)	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	(3.938)	(3.938)	-	-	-
2023							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	301.964	-	301.964	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	-	241.495	-	241.495	-	-	-
Passivos							
Fornecedores	-	-	(32.675)	(32.675)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(63.069)	-	-	(63.069)	-	(63.069)	(63.069)
Passivos de arrendamentos	-	-	(50.944)	(50.944)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(49.045)	-	(49.045)	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	(26.184)	(26.184)	-	-	-

b. Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

A Companhia mantém apenas o saldo de R\$ 66.410 em 2024 (R\$ 63.069 em 2023) classificado como instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Na classificação da hierarquia, este instrumento é de nível 2.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Este valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gestão de risco, e sua gestão de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de oito meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A

análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização, e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 365 dias. A companhia baixou créditos no consolidado e na controladora, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10 A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é de R\$ 5.263 (R\$ 13.197 em 2023) no consolidado e R\$ 2.523 (R\$ 3.691 em 2023) na controladora, os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber - à vencer	310.025	254.966	226.827	194.267
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	20.753	13.765	11.419	13.246
De 31 a 60 dias	20.495	4.092	16.650	2.485
De 61 a 90 dias	8.124	3.037	1.537	2.119
De 91 a 180 dias	14.077	2.427	7.732	2.552
Acima de 181 dias	4.677	2.971	2.045	1.441
	378.151	281.257	266.210	216.109

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas

controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que haja sempre liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2024	Consolidado				
		Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores		66.318	66.318	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		66.410	-	12.537	-	53.873
Passivo de arrendamentos		97.141	16.672	16.672	26.262	56.532
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		51.000	51.000	-	-	-
Outras contas a pagar		17.650	5.438	-	12.212	-
	2023	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores		40.489	40.489	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		63.069	-	11.627	-	51.442
Passivo de arrendamentos		112.006	15.127	15.127	30.107	77.402
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		49.045	49.045	-	-	-
Outras contas a pagar		4.796	4.327	-	469	-
	2024	Controladora				
		Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores		45.965	45.965	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		66.410	-	12.537	-	53.873
Passivo de arrendamentos		36.184	11.411	11.411	15.795	240
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		51.000	51.000	-	-	-
Outras contas a pagar		3.938	3.938	-	-	-
	2023	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores		32.675	32.675	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		63.069	-	-	11.627	51.442
Passivo de arrendamentos		50.944	10.470	10.470	20.794	15.435
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		49.045	49.045	-	-	-
Outras contas a pagar		26.184	25.716	-	468	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros atrelados ao Dólar Norte-americano, Franco Suíço e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação e fornecedores.

Análise de sensibilidade - Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Nota	Valor	Moeda	Consolidado - 2024			
				Alta		Baixa	
				25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US\$	10	14.901	6,1917	18.626	22.352	11.176	7.451
Fornecedores - US\$	19	(861)	6,1923	(1.076)	(1.291)	(646)	(430)
Empréstimos e financiamentos - US\$	20	(66.410)	6,1923	(83.004)	(99.605)	(49.803)	(33.202)
Impacto Resultado				(13.084)	(26.174)	13.097	(26.200)
Cenários	Nota	Valor	Moeda	Consolidado - 2023			
				Alta		Baixa	
				25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US\$	10	10.145	4,8407	12.681	15.218	7.609	5.073
Fornecedores - US\$	19	(1.730)	4,8413	(2.163)	(2.595)	(1.298)	(865)
Empréstimos e financiamentos - US\$	20	(63.069)	4,8413	(78.836)	(94.604)	(47.302)	(31.535)
Impacto Resultado				(13.664)	(27.327)	13.663	27.327

Cenários	Nota	Valor	Moeda	Controladora - 2024			
				Alta		Baixa	
				25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US\$	10	13.669	6,1917	17.086	20.504	10.252	6.835
Fornecedores - US\$	19	(828)	6,1923	(1.035)	(1.242)	(621)	(414)
Empréstimos e financiamentos - US\$	20	(66.410)	6,1923	(83.004)	(99.605)	(49.803)	(33.202)
Impacto Resultado				(13.384)	(26.774)	13.397	(26.800)
Controladora - 2023							
Cenários	Nota	Valor	Moeda	Alta		Baixa	
				25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
				25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US\$	10	9.001	4,8407	11.251	13.502	6.751	4.501
Fornecedores - US\$	19	(1.372)	4,8413	(1.715)	(2.058)	(1.029)	(686)
Empréstimos e financiamentos - US\$	20	(63.069)	4,8413	(78.836)	(94.604)	(47.302)	(31.535)
Impacto Resultado				(13.860)	(27.720)	13.860	27.720

Risco de taxa juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	306.611	305.239	263.875	301.964
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	(63.069)	(66.410)	(63.069)
Posição líquida	240.201	242.170	197.465	238.895

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP e CDI. Sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia.

Apreciação das taxas

				Consolidado - 2024							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	264.991	CDI	12,25	15,31	8.109	18,38	16.244	9,19	(8.109)	6,13	(16.217)
Passivos financeiros											
Capital de giro	66.410	CDI	12,25	15,31	(2.032)	18,38	(4.071)	9,19	2.032	6,13	4.064
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					<u>6.077</u>		<u>12.173</u>		<u>(6.077)</u>		<u>(12.153)</u>

				Consolidado - 2023							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	281.070	CDI	11,75	14,69	8.263	17,63	16.527	8,81	(8.263)	5,88	(16.499)
Passivos financeiros											
Capital de giro	63.069	CDI	11,75	14,69	(1.854)	17,63	(3.708)	8,81	1.854	5,88	3.702
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					<u>6.409</u>		<u>12.819</u>		<u>(6.409)</u>		<u>(12.797)</u>

				Controladora - 2024							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	223.827	CDI	12,25	15,31	6.849	18,38	13.721	9,19	(6.849)	6,13	(13.698)
Passivos financeiros											
Capital de giro	66.410	CDI	12,25	15,31	(2.032)	18,38	(4.071)	9,19	2.032	6,13	4.064
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					<u>4.817</u>		<u>9.650</u>		<u>(4.817)</u>		<u>(9.634)</u>

				Controladora - 2023							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	278.432	CDI	11,75	14,69	8.186	17,63	16.372	8,81	(8.186)	5,88	(16.344)
Passivos financeiros											
Capital de giro	63.069	CDI	11,75	14,69	(1.854)	17,63	(3.708)	8,81	1.854	5,88	3.702
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					<u>6.332</u>		<u>12.664</u>		<u>(6.332)</u>		<u>(12.642)</u>

Gestão de capital

A política da Companhia e suas controladas é resguardar uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Total do passivo	413.423	375.291	294.409	303.878
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(306.611)	(305.239)	(263.875)	(301.964)
Dívida líquida (A)	106.812	70.052	30.534	1.914
Total do patrimônio líquido (B)	1.284.668	1.175.197	1.284.668	1.175.197
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	8,3%	6,0%	2,4%	0,2%

A Companhia não alterou sua abordagem à administração de capital durante o exercício.

26 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.035.544 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 892.331 em 2023), e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 18 de junho de 2024, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de investimentos, no montante de R\$ 143.213, conforme ata de reunião do conselho de administração. No exercício findo em 2023, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de investimentos, no montante de R\$ 163.712, conforme ata de reunião do conselho de administração.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores.

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	173.362	171.362
Quantidade de ações ordinárias - milhares	197.594	197.594
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,88	0,87

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar serão

destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	173.362	171.362
(+) Ajuste de avaliação patrimonial	634	1.107
(-) Reserva legal (5%)	(8.700)	(8.623)
Reserva de incentivos fiscais	-	(73.850)
(=) Base de cálculo	167.320	92.019
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(41.830)	(23.005)
<i>Composição dos juros sobre o capital próprio:</i>		
Juros sobre o capital próprio bruto	(60.000)	(57.700)
Efeito do imposto de renda retido (15%)	9.000	8.655
Juros sobre o capital próprio líquido total	(51.000)	(49.045)
<i>Atribuição dos juros sobre o capital próprio líquido total:</i>		
Juros sobre o capital próprio líquido, atribuído como dividendos mínimos obrigatórios	(41.830)	(23.005)
Juros sobre o capital próprio líquido	(9.170)	(26.040)

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio líquidos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 60.000 (R\$ 57.700 em 2023), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 20.400 (R\$ 19.618 em 2023), em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou em seu passivo circulante R\$ 51.000 (R\$ 49.045 em 2023) a título de juros sobre o capital próprio, distribuídos parcialmente a título de dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrado acima. Os montantes serão liquidados no exercício de 2025.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações para reserva legal e dividendos, apurada no montante de R\$ 105.296, destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro.

Reserva de incentivo fiscal

Se referem aos montantes apurados de incentivos fiscais recebidos para investimentos e apresentados conforme segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Crédito Outorgado ICMS	-	44.211
Crédito Redução Base ICMS	-	29.639
	-	73.850

A partir de 1º. de janeiro de 2024, com as alterações promovidas pela Lei nº. 14.789/2023 a Companhia e suas controladas não reconheceram reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, referida pelo artigo 195-A da Lei nº. 6.404/1976, com os saldos das subvenções governamentais para investimentos. Tais receitas, decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos entes federativos, passaram a compor as bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

27 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	1.867.999	1.754.938	1.348.110	1.358.304
Vendas Mercado Externo	24.150	20.518	22.886	18.433
	1.892.149	1.775.456	1.370.996	1.376.737
Menos:				
Impostos sobre vendas	(308.888)	(275.620)	(229.647)	(223.005)
Descontos concedidos	(3.036)	(4.164)	(1.304)	(2.863)
Devoluções e abatimentos	(33.724)	(29.194)	(19.166)	(17.524)
Total da receita operacional líquida	1.546.501	1.466.478	1.120.879	1.133.345

Obrigações de desempenho, políticas de reconhecimento de receita e segmentos operacionais

Conforme detalhado nas notas explicativas 8 (a) e 8 (c), o Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do produto para seus clientes. Os principais clientes do Grupo são multimarcas, franquias e lojas de departamento - as vendas são feitas diretamente a eles e o Grupo não opera em regime de consignação. A transferência de controle normalmente ocorre quando as mercadorias encomendadas por uma loja são entregues a ela. A receita é mensurada

com base na contraprestação acordada com o cliente no momento da realização do pedido. O Grupo não oferece programa de fidelidade, abatimento ou qualquer outro tipo de acordo que possa resultar em ajustes nos preços determinados no momento da realização do pedido. O Grupo é obrigado apenas a reembolsar ou substituir produtos defeituosos ou danificados; tais custos, porém, não têm sido historicamente significativos.

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional. Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita líquida com o mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Marca		
Lupo	977.312	949.690
TriFil	236.254	215.428
Lupo Sport	275.705	247.175
Outras (i)	33.080	33.667
Receita mercado interno	1.522.351	1.445.960
Receita mercado externo (ii)	24.150	20.518
Receita líquida total	1.546.501	1.466.478
Canal		
Multimarcas	903.632	926.375
Franquias	455.978	377.775
Lojas de departamento	133.697	115.893
Private label	13.523	16.987
E-commerce	15.521	8.930
Outras	-	-
Receita mercado interno	1.522.351	1.445.960
Receita mercado externo (ii)	24.150	20.518
Receita líquida total	1.546.501	1.466.478
Receita mercado interno	1.831.239	1.721.580
Receita mercado externo	24.150	20.518
Receita	1.855.389	1.742.098
Deduções da receita (impostos)	(308.888)	(275.620)
Receita líquida total	1.546.501	1.466.478

- (i) Considera vendas da marca Scala, de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios e serviços de industrialização.
- (ii) A receita com o mercado externo não está evidenciada por marca e canal tendo em vista que, em 31 de dezembro de 2024, representa apenas 1,55% (1,40% em 2023) do total consolidado da receita líquida.

28 Custos dos produtos vendidos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(621.730)	(645.184)	(505.541)	(509.461)
Despesas com pessoal	(352.945)	(306.894)	(234.162)	(228.835)
Depreciação e amortização	(42.368)	(42.177)	(30.437)	(29.080)
Energia elétrica	(30.680)	(31.454)	(15.828)	(17.022)
Outros	(15.362)	(12.216)	(6.463)	(3.570)
	<u>(1.063.085)</u>	<u>(1.037.925)</u>	<u>(792.431)</u>	<u>(787.968)</u>

29 Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com fretes e serviços prestados	(65.679)	(49.078)	(39.767)	(33.834)
Comissões sobre as vendas	(63.810)	(76.518)	(39.021)	(55.676)
Despesas com pessoal	(47.152)	(39.725)	(33.713)	(30.867)
Propaganda e publicidade	(24.567)	(16.935)	(22.715)	(14.774)
Direitos autorais	(2.064)	(1.647)	(1.752)	(1.280)
Materiais de consumo	(14.702)	(14.627)	(7.332)	(8.661)
Depreciação e amortização	(3.417)	(1.939)	(1.238)	(920)
Outras	(318)	(25)	(176)	(18)
	<u>(221.709)</u>	<u>(200.494)</u>	<u>(145.714)</u>	<u>(146.030)</u>

30 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	(42.695)	(39.517)	(30.369)	(29.027)
Serviços prestados e outros	(20.648)	(17.114)	(16.295)	(12.788)
Despesas com dirigentes	(5.484)	(4.875)	(5.484)	(4.875)
Despesas gerais	(15.333)	(14.722)	(9.507)	(9.263)
Depreciação e amortização	(3.934)	(4.328)	(3.378)	(3.737)
	<u>(88.094)</u>	<u>(80.556)</u>	<u>(65.033)</u>	<u>(59.690)</u>

31 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Outras receitas operacionais				
Receitas eventuais	712	712	712	712
Recuperação de despesas	11.586	9.601	9.272	9.097
Reversão para demandas judiciais	5.505	2.827	916	12
Venda de ativo fixo	690	5.381	673	4.848
Receitas de aluguéis	208	199	237	228
Outras receitas	880	517	881	517
Total de outras receitas	19.581	19.237	12.691	15.414
Outras despesas operacionais				
Provisão para demandas judiciais	(8.781)	(3.741)	(5.195)	(3.729)
Indenizações	(776)	(858)	-	-
Custo de Imobilizado baixado	(1.064)	(4.749)	(802)	(4.720)
Despesas legais	-	(69)	-	(28)
Doações Incentivadas	(851)	(219)	(533)	(219)
Outras despesas operacionais	(4.119)	(6.041)	(3.050)	(3.304)
Total de outras despesas	(15.591)	(15.677)	(9.580)	(12.000)
Outras receitas (despesas) líquidas	3.990	3.560	3.111	3.414

32 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita financeira:				
Receita sobre aplicação financeira	28.013	20.874	26.398	20.873
Juros recebidos	10.363	11.581	6.859	6.795
Descontos obtidos	1.793	73	1.449	24
Reversão de provisão	2.677	3.207	2.278	3.207
Ganho de variação cambial	2.173	1.030	1.431	1.030
Total das receitas financeiras	45.019	36.765	38.415	31.929
Despesa financeira:				
Despesas de juros sobre passivos	(12.005)	(14.926)	(6.853)	(11.066)
Perda de variação cambial	-	(250)	-	-
Descontos concedidos	(6.278)	(5.329)	(4.164)	(4.120)
Tributos sobre operações financeiras	(2.778)	-	(1.521)	-
Outras despesas	(857)	-	(493)	-
Total das despesas financeiras	(21.918)	(20.505)	(13.031)	(15.186)
Financeiras líquidas	23.101	16.260	25.384	16.743

* * *

Diretoria

Liliana Aufiero
Diretora-presidente

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente
Altamiro Boscoli
Elvio Lupo Junior
Hugo Alessandro Vasconcelos Rodrigues
Liliana Aufiero
Ricardo Lupo
Walter Luís Bernardes Albertoni

Contadora

Lisiane Uesono
CRC/SP nº 1SP 256905/O-0